



FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

**KATIA MARIA MATUSIAK**

**PADRE THOMÉ LUIZ DE SOUZA:**

A importância dos arquivos para a reconstrução  
da biografia de uma autoridade eclesiástica

Porto Alegre

2016

KATIA MARIA MATUSIAK

**PADRE THOMÉ LUIZ DE SOUZA:**

A importância dos arquivos para a reconstrução  
da biografia de uma autoridade eclesiástica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como  
requisito parcial para a obtenção do grau de  
Bacharel em Arquivologia pelo Departamento de  
Ciências da Informação, da Faculdade de  
Biblioteconomia e Comunicação da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Professora Ana Regina Berwanger

Porto Alegre

2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jane Fraga Tutikian

**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

Diretora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Ana Maria Mielniczuk de Moura

Vice-Diretor: Prof. Dr. André Iribure Rodrigues

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

Chefe: Prof. Dr. Moisés Rockemback

Chefe Substituto: Prof.Dr. Valdir José Morigi

**COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA**

Coordenadora: Prof<sup>a</sup>. Mestre Valéria Raquel Bertotti

Coordenador Substituto: Prof. Especialista Jorge Eduardo Enriquez Vivar

**CIP - Catalogação na Publicação**

Matusiak, Katia Maria

PADRE THOMÉ LUIZ DE SOUZA A IMPORTÂNCIA DOS  
ARQUIVOS E A RECONSTRUÇÃO DA BIOGRAFIA DE UMA  
AUTORIDADE ECLESIAÍSTICA / Katia Maria Matusiak. --  
2016.

96 f.

Orientadora: Ana Regina Berwanger.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de  
Arquivologia, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Biografia. 2. Arquivos Eclesiásticos. 3. Padre  
Thomé Luiz de Souza. 4. Padroado Régio. I.  
Berwanger, Ana Regina, orient. II. Título.

KATIA MARIA MATUSIAK

**PADRE THOMÉ LUIZ DE SOUZA:**

A importância dos arquivos para a reconstrução  
da biografia de uma autoridade eclesiástica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia pelo Departamento de Ciências da Informação, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 07 de Dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup> Mestre Ana Regina Berwanger

---

Prof<sup>a</sup>. Mestre Marlise Maria Giovanaz

---

Prof<sup>a</sup> Mestre Medianeira Pereira Goulart

## **DEDICATÓRIA**

Este trabalho vai para a minha filha Giovana Orsi, uma bela menina que me incentivou a voltar aos bancos universitários na busca de uma nova opção de conhecimentos.

Ao meu esposo Celso Rodolfo Orsi, pelo incentivo e pela espera nas minhas ausências.

Para minha mãe, Therezinha Matusiak, que festejaria muito mais essa conquista da filha, não fosse a sua falta de memória e saúde que nos separa momentaneamente.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos colegas 2010/1 que me legaram boas memórias que ficarão preservadas com carinho em meu Arquivo Pessoal, Permanente e sentimental.

Às Professoras que entenderam nosso cansaço e souberam transmitir com bom humor e afeto as noções da Arquivística.

À UFRGS por permitir o acesso universal pelo vestibular àqueles que querem retornar aos seus bancos. Será que dá pra voltar mais uma vez?

Ao meu colega e amigo querido conseguido neste período, Fábio Aurélio da Silva Gomes, pelas risadas, pelas balinhas na aula, pelo abraço nas horas de dor, pelo auxílio sempre, meu abraço fraterno.

Aos trabalhadores dos Arquivos onde pesquisei meu obrigada sincero, pela ajuda e compreensão.

À minha irmã Maria Alice Matusiak, por cuidar de nossa mãe sozinha para que eu pudesse correr de arquivo em arquivo a fim de concluir meu curso.

*Le Goff confessa que o gênero não é uma aposta fácil: "Convenci-me, assim, desta evidência amedrontadora: a biografia histórica é uma das maneiras mais difíceis de fazer história".*

(François Dosse, 2009)

*"De todos os bens nacionais, ARQUIVOS, são os mais preciosos: eles são dádivas de uma geração para outra e a extensão de nossa proteção deles assinala o grau de nossa civilização".*

(Arthur Doughty, palestra de 1916)

*"[...] a espera sem horizonte acessível, a impaciência absoluta de um desejo de memória".*

(Jacques Derrida, 2001)

*"[...] em resumo: Viva o documento".*

(Carlos Drummond de Andrade, 1979)

## RESUMO

Este trabalho pretendeu reconstruir a Biografia de uma Autoridade Clerical, o Padre Thomé Luiz de Souza, 1770-1858, pela pesquisa documental em Arquivos, inicialmente prospectando nos documentos do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, os ditos Arquivos Eclesiásticos, os registros que remetem à personalidade em foco, e em outros arquivos em seguida. Além de reconstruir a ação do Padre Thomé com auxílio das fontes primárias, também visou ambientar o entorno do indivíduo, projetando no tempo a época passada com o apoio da bibliografia existente. A trajetória biográfica retrata a vivência de uma autoridade num momento significativo da sociedade Porto alegreense do século XIX, a Revolução Farroupilha, 1835-1845, e a combinação de atuação Igreja-Estado, no chamado Padroado Régio. A pesquisa objetivou mostrar a importância da preservação dos Arquivos das diversas Instituições para a concretização da memória social, política e religiosa em um recorte historiográfico.

Palavras-Chave: Biografia. Arquivos Eclesiásticos. Padre Thomé Luiz de Souza. Padroado Régio.

## **ABSTRACT**

This study intended to rebuild a Biography of Father Thomé Luiz de Souza, 1770-1858, a Clerical Authority, through documental research in Archives. For this purpose, it was initially necessary to do a prospective research of the documents available at the Curia Historical Archive in the metropolitan region of Porto Alegre, known as Ecclesiastic Archives, as well as investigate records which refer to the personality focused here, and other archives, subsequently. This biographical trajectory projects the life experiences of an authority in a significant moment for the residents of Porto Alegre in the XIX century, during the Farroupilha Revolution, 1835-1845, and the combining forces of Church and Estate, the so called Royal Patronage. Hence, this work intends to show the importance of the preservation of the Archives in different institutions so that social-political and religious memory can be preserved through a historical approach.

Keywords: Biography. Ecclesiastic Archives. Father Thomé Luiz de Souza. Royal Patronage.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Documento em que Thomé pede aprovação para a Ordem de Diácono (AHCMRJ).....	36
Figura 2 – Praça da Matriz em dia de procissão. Porto Alegre, 1852.....	43
Figura 3 – Arrolamento de materiais para os reparos na Igreja Matriz.....	44
Figura 4 – Termo de Abertura do Livro de Registros.....	46
Figura 5 – Fotografia do Livro de Registro de Terras. Termo de Encerramento.....	46
Figura 6 – Assento do Livro Índice dos Irmãos da Santa Casa de Misericórdia.....	49
Figura 7 – Documento: Decreto nº 235, de 20 de julho de 1931.....	52
Figura 8 – Placa da Avenida Padre Thomé em frente à Igreja N. S. das Dores.....	53
Figura 9 – Mapa estatístico das paróquias de 22-08-1848.....	56
Figura 10 – Mapa estatístico da paróquia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre (1º e 2º semestres de 1855). .....	57
Figura 11 – Primeira página do Testamento do padre Thomé.....	58
Figura 12 – Página final do Testamento do padre Thomé com as assinaturas.....	59
Figura 13 – Documento do Testamento, aberto após a morte do padre Thomé.....	60
Figura 14 – Primeira página dos Autos de Medição.....	61

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – População por Freguesias e Distritos em 04/12/1803.....	30
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS

PA	Porto Alegre
NSMD	Nossa Senhora Madre de Deus
NSD	Nossa Senhora das Dores
NSR	Nossa Senhora do Rosário
RS	Rio Grande do Sul
AHCMPA	Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre
AHPAMV	Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
AHRS	Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul
CHC	Centro Histórico Cultural Santa Casa de Porto Alegre
ACMRJ	Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro
CIC	Codex Iuris Canonici
CDC	Código de Direito Canônico
MCHJC	Museu da Comunicação Hypólito José da Costa

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>BIOGRAFIA- ARQUIVOLOGIA E PALEOGRAFIA</b> .....	<b>18</b>
2.1	Uma história das biografias.....	18
2.2	A biografia e a sua relação com a Arquivologia.....	21
2.3	Leitura Paleográfica e a difusão cultural em arquivos.....	25
<b>3</b>	<b>ARQUIVOS ECLESIAÍSTICOS E O AHCMPA</b> .....	<b>28</b>
<b>4</b>	<b>O PADRE THOMÉ LUIZ DE SOUZA</b> .....	<b>34</b>
<b>5</b>	<b>OS TRAÇOS DA BIOGRAFIA NOS ARQUIVOS PESQUISADOS</b> .....	<b>55</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>63</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>66</b>
	<b>GLOSSÁRIO</b> .....	<b>74</b>
	<b>APÊNDICES: TRANSCRIÇÕES PALEOGRÁFICAS</b> .....	<b>76</b>
	Apêndice A: Explicação do padre Thomé sobre os deveres de um Vigário....	76
	Apêndice B: Prestação de contas da Igreja ao Presidente da Província.....	77
	Apêndice C: Prestação de contas das despesas com eventos da Igreja.....	78
	Apêndice D: Documentos de Traslado do Ofício, do Decreto e da Portaria...	79
	Apêndice E: Ofício para registro da divisão das freguesias.....	81
	Apêndice F: Assuntos Religiosos: gastos com música.....	82
	Apêndice G: Autos de Inventário do padre Thomé. Nomes das herdeiras.....	83
	Apêndice H: Testamento ditado pelo padre Thomé.....	84
	Apêndice I: Página que continha o testamento.....	91
	Apêndice J: Parte do Dossiê de Partilha do Padre Thomé.....	92
	<b>ANEXO A – NOTA DE FALECIMENTO DO PADRE THOMÉ</b> .....	<b>95</b>
	<b>ANEXO B – FOTOGRAFIA DO PADRE THOMÉ LUIZ DE SOUZA</b> .....	<b>96</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a tradição da Igreja Católica em fazer os registros das ações do cotidiano constitui o conteúdo de vários Arquivos e, muitas vezes, são os únicos documentos que chegaram até os dias de hoje, nos dando ideia da cena social, cultural e religiosa em épocas distantes, e como Jacques Le Goff nos aponta:

[...] a história do cotidiano é uma visão autêntica da história porque representa uma das melhores formas de abordagem da história global, na medida em que atribui a cada actor e a cada elemento da realidade histórica um papel, no funcionamento dos sistemas, que permitem decifrar essa realidade (LE GOFF, 1986, p. 82 apud SCHMIDT, 1993, p.34).

A perscrutação desses Arquivos nos remete a pistas que levam a outros acervos por um vetor delineando fatos e vivências de pessoas "comuns" e autoridades, famílias e gerações, costumes sociais e políticos, assim como a expansão geográfica das cidades.

Nesta pesquisa o mote foi a atuação de uma autoridade da Igreja, o Padre Thomé Luiz de Souza, na sociedade Porto-alegrense e Rio-grandense, partindo dos documentos do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana da Cidade de Porto Alegre (AHCMPA), e daí em diante, em outros Arquivos, complementando a sua Biografia.

Segundo Le Goff (apud SOUSA, 2008, p. 11), a biografia nos possibilita lançarmos um primeiro olhar sobre a complexidade de questões históricas, por isso, a Biografia presente é o fio condutor que vai se reportar ao entorno do biografado, da sociedade da época, das relações sociais, econômicas e políticas no período da estruturação e emancipação do estado do RS e da cidade de Porto Alegre, a partir das fontes primárias.

Para obter o maior número de informações sobre o biografado, foram consultadas várias fontes de informação além dos arquivos, como a literatura, ou bibliográfica, jornais, artigos e pesquisas acadêmicas e a historiografia já existente. Fontes que já são amplamente usadas e aceitas pela História.

A vida do Padre Thomé transcorreu no período colonial em que o Estado do RS foi elevado ao estatuto de Província, onde a ligação da Igreja com o governo civil

mantinha estreita cooperação no conhecido Padroado Régio, que consistia nos privilégios que o monarca português, representado pela Mesa de Consciência e Ordens, mantinha sobre a administração eclesiástica, cabendo-lhe a escolha de cargos eclesiásticos hierárquicos e o direito de cobrança e administração dos dízimos; em contrapartida, o poder civil se obrigava a erguer e manter os locais de culto, assim como a sustentar o clero, para expansão da fé cristã. Período em que se verificou uma quantidade de fatos que possuem reflexos até os dias atuais.

As biografias são realizadas por um interesse histórico, por uma necessidade de exploração dos detalhes da vida do biografado e muito por envolvimento pessoal de quem pesquisa o que no caso, encontra sentido, é a tentativa de trazer à tona uma vivência de certa forma silenciada por não haver descritas e detalhadas por documentos as circunstâncias das ações deste indivíduo na historiografia da cidade de Porto Alegre no período colonial.

Percorrendo Arquivos em busca de documentação relevante à história da cidade de Porto Alegre antes mesmo de conhecer a disciplina Arquivística, foram encontrados registros que sugeriam a reconstrução de um recorte cronológico do período formativo da sociedade do Estado do Rio Grande do Sul e a relação da Igreja e o Estado, o Padroado Régio, tomando como ponto de referência os documentos ligados ao padre Thomé Luiz de Souza.

Essa pesquisa exploratória, coletando dados nas fontes primárias procura trazer mais algum reconhecimento da vida ativa do padre Thomé no entrelaçado ambiente na época Imperial e de estruturação da Igreja no RS onde faltava um elo histórico entre o Vigário Soledade e o 1º Bispo Dom Feliciano.

Ao explorar os registros dos Arquivos Eclesiásticos de Porto Alegre, esta pesquisa contemplou a historiografia do período adjacente à criação do Bispado na Província de São Pedro do Sul do Rio Grande do Sul, que se deu a 13 de Julho de 1853, até finda a missão do primeiro Bispo do RS, Dom Feliciano Rodrigues Prates por motivo de seu falecimento no ano de 1858.

A documentação pertinente a esse período faz parte principalmente do Fundo Comarcas/Vigaria pertencente ao Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA). O recorte cronológico compreende os anos de 1770 quando do nascimento do padre Thomé Luiz de Souza, o período da sua atuação como responsável pela Igreja em Porto Alegre, até o final do seu mandato e morte em 14

de dezembro de 1858, coincidentemente no mesmo ano de decesso do primeiro Bispo do RS, Dom Feliciano Rodrigues Prates, que se deu a 27 de maio de 1858.

A atuação deste Padre evidencia certa importância histórica uma vez que, sob sua responsabilidade ficaram as tarefas de cuidar da vida religiosa dos cidadãos da sociedade leiga, assim como dos sacerdotes distribuídos nos diversos povoados onde a Igreja mantinha representante e o cuidado da parte física da igreja acrescentando a isso, a atuação política do padre Thomé diretamente na Assembleia Estadual, tudo isso em um momento importante da história da cidade e do estado, a Revolução Farroupilha.

No dado foco histórico, o labor do personagem refletido nos documentos faz crer que seja um elo entre o período colonial e o início da modernização, com as estruturas de ampliação e organização das cidades e do estado, muito particularmente na cidade de Porto Alegre.

Buscaram-se registros que ilustram a ação administrativa da instituição Igreja Católica no período de expansão e ocupação da cidade de Porto Alegre e das áreas do Estado do Rio Grande do Sul, as relações entre a Igreja e Estado no período colonial e a atuação direta do sacerdote na política do estado, com base nos documentos de Arquivo.

A importância da pesquisa se deve ao fato de descortinar a movimentação de uma autoridade eclesiástica e política atuante e significativa da sociedade Porto Alegrense através da exumação dos documentos de arquivos, e que até então não havia sido contemplada de uma forma diversificada em registros.

Embora já se tenha editado uma rápida biografia deste padre, no ano de 1917, por Achylles Porto Alegre, podemos notar a influência positivista do momento e a carga literária do texto, ainda que esse autor percorresse arquivos, neste trabalho não se verifica grande aprofundamento e citações documentais, limitando-se ao campo de impressões orais e tradição de notoriedade do personagem.

Muito embora toda biografia não se dê por finalizada e fechada, esta apresentação é um esforço para localizar o personagem adormecido, aglutinando informações existentes na fragmentação documental dos diversos Arquivos, concretizando um trabalho como acréscimo às outras tantas que compartilham cronologicamente a história da cidade de Porto Alegre o do estado do Rio Grande do Sul.

A motivação para este empreendimento veio do interesse pessoal pelos documentos antigos manuscritos; pela descoberta da Paleografia para a leitura e transcrições dos mesmos, associada aos fragmentos de notícias sobre a notabilidade do padre Thomé Luiz de Souza.

Com o objetivo primeiro de construir uma Biografia Histórica verificando a fama do personagem, seguiram-se os de valorização dos documentos de arquivos e o uso da Paleografia para as transcrições e a Difusão Cultural, inserindo com isso o tema Biografia na disciplina Arquivística.

Para concretizar o trabalho foi preciso conhecer o assunto das biografias, contextualizar o recorte historiográfico, visitar os arquivos selecionando as fontes primárias, transcrever os documentos, verificar a atuação do padre Thomé nos registros e interpretar os dados encontrados.

A busca pelas fontes primárias se deu em seis (6) arquivos da cidade de Porto Alegre e um (1) da cidade do Rio de Janeiro, além das fontes documentais contidas na bibliografia como a genealogia da Colônia de Sacramento, Atas das Assembleias do Estado e da Câmara de Vereadores, e na história da Igreja Nossa Senhora das Dores. Além da pesquisa bibliográfica para conhecer e contextualizar o ambiente passado no entorno do biografado.

## 2 BIOGRAFIA- ARQUIVOLOGIA E PALEOGRAFIA

### 2.1 Uma história das biografias

Com a vontade e o desafio de narrar uma Vida a partir dos Arquivos e seus documentos, foi necessário adentrar no mundo das Biografias, uma área até então desconhecida na sua profundidade, mas que apresenta uma longa e diversa história com um debate bastante avançado, onde a multiplicidade de formas de expressão passa pela literatura, a história e a ciência, sem que se rotule com uma só classificação, mas se entenda como uma mescla ou composto do discurso literário e das ciências humanas.

Biografia, no dicionário elaborado por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1986, p. 259), é a "descrição ou história da vida de uma pessoa".

Nos países ocidentais as primeiras construções das histórias da vida de um indivíduo vieram do mundo grego antigo, de onde também chegava a história como uma forma de conhecimento, igualmente o termo biografia tem etimologia no idioma grego e pode ser dividido em *bios*, que significa vida, e *grapheim*, escrever, adicionado do *ia* no final, formando um substantivo abstrato (BORGES, 2008. p. 204).

O assunto Biografia desde o início gerou muitas controvérsias e polêmicas quanto as suas formas de escrita, sua veracidade, sua construção e seu valor para a sociedade. Analisando os vários pontos a respeito do tema, foi possível verificar a evolução deste gênero de expressão e as correntes de pensamento em torno da criação biográfica.

Com o autor François Dosse (2009) pôde-se ter uma visão histórica (cronológica) da trajetória do exercício biográfico desde a antiguidade com as histórias de *Vida*, que usavam a medida biológica do ciclo vital, do nascimento até a morte; também as diferentes formas durante o período medieval e a Renascença; o descrédito que a biografia sofre por parte da ciência durante os séculos XIX e XX, até o período mais recente onde a história aliou-se à biografia reabilitada pelas diversas metodologias humanísticas como a sociologia, a antropologia, a arqueologia, a psicologia e outras. O autor distinguiu três modalidades da abordagem biográfica: primeiro a "idade heroica", onde o discurso das virtudes serviu de modelo moral para

educar as futuras gerações, e com o cristianismo os valores religiosos são repassados pelas vidas exemplares; seguindo com a "idade modal", onde a história do indivíduo só teria valor quando apresentasse o coletivo, partindo do unitário revelaria uma realidade social do momento; e por fim a "idade hermenêutica", a fase atual, onde houve uma retomada da biografia com renovações trazidas pela reflexão dos estudos humanísticos atuais que se caracterizam pela variação do enfoque analítico e busca de significados diferentes em relação aos biografados. Pela análise do autor na trilha histórica das biografias, ainda que possamos verificar uma evolução cronológica entre as formas, é certo que há a mistura e a combinação dos três tipos num mesmo período (DOSSE, 2009), podendo-se falar em *espectro* (grifo nosso) do gênero biografia, tal a multiplicidade e diversidade de sua construção.

Muitos autores abraçaram a biografia como prática e pesquisa, como o caso de Vavy Pacheco Borges que descreveu alguns marcos do percurso da biografia no mundo ocidental. Essa escrita data de muitos séculos tendo início na antiga sociedade greco-romana com a história "das Vidas" que serviam de exemplos morais, bons ou maus, eram discursos em louvor a alguém, configurando os panegíricos, sem a pretensão da verdade comprovada. Na Idade Média com os *exempla* a ideia de uma biografia excessivamente elogiosa constituiu a hagiografia, biografia de santos, e as crônicas. Mais adiante com "certa concepção moderna", pois baseada em documentos buscando contar a verdade, surge a *Vida de Dante*, do escritor Bocaccio, no século XIII, no início da Renascença. Já, no século XVII, uma prática representativa era o elogio fúnebre que evidenciava os momentos mais gloriosos da vida do biografado, suprimindo seus defeitos e erros, curiosamente é o tema desenvolvido num filme do ano de 2004, *The final cut*<sup>1</sup> (*Violação de Privacidade* – tradução no Brasil), onde a vida do morto é editada somente com as melhores circunstâncias transformando-os quase em "santos".

A elaboração da biografia sofre transformações na entrada da Idade Moderna, uma vez que novos critérios surgem para averiguar uma trajetória de vida, dentre eles

---

<sup>1</sup> O filme conta que algumas pessoas possuem em seu cérebro um implante de memória, comprado por seus pais antes mesmo de nascerem, que registra todos os fatos ocorridos em sua vida. Logo após sua morte este implante é retirado e editado para ser visto numa cerimônia póstuma chamada "Rememória". O ator principal é o melhor editor de filmes, cortando os erros do passado de seus clientes acreditando serem todos perdoados, e ele próprio o "devorador de pecados". No decorrer do tempo ele busca uma forma de também ser perdoado com uma cerimônia de elogios e sem erros.

a busca de subsídios em documentos, evitando exaltações e almejando a narração da verdade.

A autora Vavy P. Borges descreve ainda alguns gêneros de biografia que marcaram a transição para o que temos modernamente sobre o assunto: "biografia literária", "biografia romântica" e com a influência da corrente filosófica do positivismo, a "biografia de heróis" políticos ou militares. Todas as modalidades apresentam algum ponto de vista ao colocar a descrição da vida do indivíduo. No caso da biografia literária, Antonio Marcos Pereira (2012, p. 39), nos traz que "[...] são trabalhos que buscam a exaustão, têm nisso um de seus esteios de valorização, [...] são livros imensos, em vários casos em muitos volumes [...]", e que demonstram um trabalho minucioso de pesquisa.

Vários tipos e classificações foram atribuídos às histórias de vida, considerando as nuances de pensamentos nos diversos períodos históricos, a valoração do ente retratado, as estratégias do autor para concretizar seu trabalho e o seu discurso, a qualidade e diversidade das fontes.

No século XIX os trabalhos biográficos ficaram sem crédito por parte de historiadores e estudiosos porquanto o tipo de informação nelas contidas não era considerado conveniente para as narrativas históricas, ficando sua utilização restrita aos estudos positivistas e, segundo Rojas (2000):

O pensamento positivista, por outro lado, resgatou a importância das biografias para compreensão da História, porém a aversão de grande parte dos historiadores ao pensamento positivista – centrada nos grandes homens, grandes acontecimentos históricos e grandes batalhas – o qual contaminou a escrita da história no final século XIX e início do século XX, contribuiu para, mais uma vez, não considerar esse tipo de texto, haja vista o esforço dos historiadores em negar a influência do positivismo (ROJAS, 2000, p.12 apud JUNIOR, 2007, s/p.).

Contemporaneamente o trabalho biográfico se presta para várias modalidades de estudo e perspectivas de análises bibliográficas, isso porque o conteúdo desses relatos trazem dados que podem ser usados como referencial de expressões culturais e construção de memórias. Na Psicologia, na Antropologia, na história da Arte, na Sociologia; na Historiografia de épocas, regiões e instituições, nos fatos políticos, assim como no Direito com o retrato da justiça e suas implicações.

Terminado o período de desvalorização que as biografias tiveram, as histórias de vida, trazendo hoje a reconstrução do ambiente do retratado, sem criar um

indivíduo-herói, indo além do que aconteceu e aceitando as fragmentações do ser e suas ações, assim como levando em consideração os relatos já existentes sobre o assunto surgem agora reformuladas, demonstrando, segundo Regina Xavier que na "inter-relação entre a dimensão individual e as representações sociais, entre as experiências do passado e as leituras delas no presente, é que reside também o valor da biografia" (XAVIER, 2000, p. 172).

Para esta construção buscou-se a orientação do estilo hermenêutico no dizer de François Dosse (2009), pelo enfoque contemporâneo com auxílio de várias ciências sociais e a concepção moderna da pesquisa baseada em documentação de arquivos e pretendendo escrever a verdade encontrada, fazendo aparecer a vida da personalidade sem ofuscar o entorno coletivo, criando uma sinergia social, política e religiosa do período histórico retradado.

A presente se encaixa na classificação 'contemporânea' (TREBISTCH, 1985 apud BORGES, 2008, p.218) vista pela perspectiva da atitude do biógrafo em relação ao trabalho da biografia, "[...] em que o autor não só não se esconde, mas constrói a narração de certa forma acompanhando seu percurso de pesquisa".

A intenção precípua foi descobrir um personagem a partir da viagem de exploração aos arquivos, complementando com fragmentos bibliográficos e vestígios materiais a respeito do indivíduo.

## 2.2 A biografia e sua relação com a Arquivologia

A oportunidade de conhecer uma pessoa de um período remoto, tanto quanto possível, os detalhes de sua trajetória de vida, seus valores representados por suas ações, talvez seus sonhos e o modo como trilhou a vida, suscita a busca por vestígios arqueológicos em torno do indivíduo descrito, necessariamente passando pela escavação documental em algum momento da pesquisa, até a provável reconstrução do ambiente das gerações passadas a época do retratado.

Sejam documentos de variadas espécies ou nos diferentes suportes, documentos arquivísticos "clássicos" ou coleções diversas, registros sonoros, iconográficos ou bibliográficos. Atualmente muitos tipos de apontamentos podem ser explorados e nos auxiliam de alguma forma na construção do objetivo, como neste

caso, uma Biografia, mas as fontes primárias, os documentos de arquivos, continuam sendo uma boa medida de exploração do passado e reconstrução da cena de outrora.

Os Arquivos, por definição são o "conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza do suporte" (Dicionário brasileiro de terminologia arquivística, 2005) e são, via de regra, onde vamos encontrar as "vozes" que nos chegam do passado, a respeito de um indivíduo, nas etapas da vida que ficaram anotados por meio das chamadas fontes documentais (BORGES, 2008).

Os documentos de arquivo, sendo aqueles que são acumulados por quem os produziu a partir do exercício de suas funções, nos fornecem subsídios para conhecermos as atividades de quem os produziu e com isso conhecer suas atribuições e os trâmites da sociedade da época em que foram produzidos.

A Arte dos Arquivistas se torna clara e urgente quando falamos em pesquisa documental e isso traz indagações (para talvez outro estudo) sobre como os Arquivos estão preparados para serem acessados, dissecados, sondados e com isso obterem êxito em alguns dos objetivos de suas existências, o acesso e uso.

Aos Arquivos se podem fazer perguntas para que eles nos respondam com o conteúdo armazenado na contemporaneidade da atividade ou, como no caso deste trabalho, através de muito tempo já passado. Segundo a Arquivística, em relação à idade dos arquivos, esses podem ser classificados como "correntes", "intermediários" e "permanentes", também conhecidos como "históricos".

Na pesquisa realizada para construir uma biografia histórica os arquivos acessados são os Permanentes, aqueles que guardam documentos de ações cotidianas que já tiveram um caráter funcional de uma época recuada e que carregam em si a noção de "um tipo de memória materializada" (JARDIM, 1995) e que muitas vezes apresentam lacunas documentais por perdas ou extravios de vários portes e motivos, por guerras, desastres naturais, mudanças de ambiente físico, empréstimos, divisões setoriais ou pela degradação estrutural do documento por armazenamento indevido ou corrosão natural do suporte, entre outros. Ainda assim é possível angariar informações que costuram um esboço da atuação de indivíduos ou de um personagem específico em dado recorte histórico.

Segundo a Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, a conhecida Lei dos Arquivos, no Art. 8º, § 3º, "Consideram-se permanentes os conjuntos de documentos

de valor histórico, probatório e informativo que devem ser **definitivamente** preservados" (grifo nosso).

Na presente pesquisa, a reconstituição da ação e vida do padre Thomé Luiz de Souza esta intimamente ligada à Instituição da Igreja Católica no Rio Grande do Sul e da cidade de Porto Alegre como também da vida política da então Província do século XIX, a de São Pedro do Rio Grande do Sul, conseqüentemente atrelada aos arquivos destas organizações.

Na Arquivologia os Arquivos Eclesiásticos são classificados como Arquivos Especializados, segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, uma vez que são produzidos pela Igreja Católica e formados por documentos de um determinado campo da experiência humana. Uma experiência, certamente vivida coletivamente por uma parcela da sociedade em dada época da passagem da vida, que aos poucos se transforma de assentos de testemunhos e autos (BELLOTTO, 2008), de decisões tomadas, a dados históricos, depois de decorrido algum tempo.

A existência destes registros serve de referencial atual das gerações passadas e retratam de certa forma a mentalidade vigente à época das ações, visto demonstrar pelos escritos o fundo sociocultural e político do momento. A preservação destes arquivos e seus documentos crescem em importância a medida que pensamos em memória social, reafirmando que "os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis" (de acordo com a lei 8.159 de 08/01/1991, Art. 10º).

Os trabalhos de biografias realizados com base nos arquivos e seus conteúdos documentais beneficiam esclarecimentos de sucessões familiares e reconhecimentos da passagem de bens materiais, assim como na compreensão da dinâmica de modelagem e remodelagem da parte física das cidades pelos registros de demarcações de terras e bens de geração de trabalho como indústrias e serviços; ainda pelos Autos de Constituição de Patrimônio, Testamentos, Inventários e Partilhas, os descortinamentos aparecem, demonstrando a dinâmica social.

Na Biografia presente os Arquivos trazem à atualidade traços das demarcações de terras; da expansão da cidade de Porto Alegre com as divisões das paróquias em torno das novas comunidades e do território do Estado do RGS; ainda a constituição do governo político compartilhado com a fé religiosa, assim como a ideia dos costumes em geral daquela época.

Para realizar uma pesquisa apoiada nas fontes primárias são necessários indicativos que fazem o papel de sinalizadores dos conteúdos dos arquivos auxiliando

a busca por parte daquele que procura, diminuindo o tempo de trabalho e objetivando as buscas. Palavras-chave induzem à localização de acervos, como também aos seus locais exatos no "mar" de documentos das instituições, e como um fio condutor conduz o explorador aos vários registros e diversos arquivos.

Dentre as atividades da arquivística, a Descrição dos acervos é um processo que consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitam à identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados buscando melhorar o acesso e, por conseguinte as pesquisas, "sua elaboração criteriosa, cuidada e precisa, rigorosa mesmo, é tarefa primordial do arquivista..." onde o resultado de tal esforço resultará nos Instrumentos de Pesquisa, que além de facilitar a consulta eventual, "[...] são vitais para o processo historiográfico" (BELLOTTO, 2004, p. 173-174).

Atualmente existem algumas ferramentas para descrição de acervos, sendo as Normas Nacionais e Internacionais de Descrição e Registro, preparadas pelo Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) as mais estruturadas e ainda estão em andamento na sua implantação e uso corrente dentro do mundo arquivístico.

No Brasil temos a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), que foi traduzida e adaptada ao nosso país a partir da Norma Internacional pretendendo ajudar na tarefa de descrição de acervos arquivísticos e fundos documentais ainda não favorecidos com a gestão documental.

Especificamente a ISSAR (CPF)<sup>2</sup>, que contempla a descrição de Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias, se detém em referenciar pontos que possam ser chaves de entrada aos assuntos dos documentos e a localização destes acervos, possibilitando assim o conhecimento do conteúdo e a possível pesquisa. É uma norma que usa o registro de autoridade para auxiliar a confecção de Instrumentos de Pesquisa como os Guias, por exemplo, onde estes são "... o principal meio de busca do arquivo, porque representam o primeiro ponto de referência para o consultante..." (SCHELLENBERG, 1980, p. 272). A norma é constituída de quatro áreas, a saber: identificação, descrição, relacionamento e controle, sendo ao todo 27 (vinte e sete) itens para detalhar a descrição do acervo.

---

<sup>2</sup> ISSAR (CPF) – Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias.

Além destes elementos, existe um que conecta outros acervos, notadamente o item 6 Relacionando Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias a materiais Arquivísticos e Outros Recursos, que "com efeito, [...] oferece a ponte necessária entre as descrições de documentos baseados na ISAD (G) e as descrições de contextuais baseadas na ISSAR (CPF)" (CUNNINGHAM, 2007, p. 87), e na subdivisão 6.2 – Tipo de recursos relacionados, as biografias poderiam ser mencionadas ampliando as possibilidades de encontrar material por parte dos pesquisadores de toda ordem, uma vez que segundo Cléo Belício Lopes (2009, p. 40), "com o elemento 'recursos relacionados', novas capacidades tornaram-se possíveis pela tecnologia de rede- isso pode ser usado em caso de um fundo dividido ou espalhados por diversos arquivos... basta construir conexões entre os registros de autoridade e seus elementos".

Para Schellenberg (1980, p. 313), "o trabalho de descrição pode ser considerado uma tarefa profissional", de sensibilidade, onde "o arquivista se inteira da procedência, do conteúdo, do arranjo e do valor dos papéis", denotando que "a função do arquivista é revelar os tesouros de pesquisa a ele confiados e não os monopolizar e impedir a consulta", propiciando a recomposição de quadros históricos a partir dos rastros documentais.

### 2.3 Leitura Paleográfica e a difusão cultural em arquivos

Ao contato com a documentação de tempos recuados nos deparamos com registros manuscritos, onde surge a dificuldade de entendimento desde a grafia da letra até símbolos usados na época. Para extrairmos o conteúdo e obtermos a interpretação do texto é preciso o auxílio de um método, uma forma que nos guie ao objetivo, que é a leitura e a dedução da informação contida no texto.

Para tanto utilizamos a Paleografia, que segundo Agustin Millares Carlo (apud BERWANGER; LEAL, 2008, p. 15) "[...] é a ciência que trata do conhecimento e interpretação das escritas antigas e que estuda as suas origens e evolução", ou ainda objetivamente "[...] é a arte de ler documentos antigos" conforme Ubirajara Dolácio Mendes, citado por Berwanger e Leal (2008), além de ser uma técnica que nos permite a compreensão e a transcrição dos manuscritos.

A Paleografia quanto ao seu trabalho pode ser elementar ou crítica; ela apoia a ciência Diplomática, a ciência Numismática e a ciência Epigráfica; inter-relaciona-se com a Papirologia e a Codicologia; vincula sua ação com a Numismática, a Epigrafia, a Sigilografia e a História dos Incunábulo; sendo auxiliada e prestando seus serviços à Diplomática, à Filologia e à História, num conjunto orquestrado pela busca dos significados e desvendando os registros manuscritos antigos e, modernamente, nos contemporâneos em casos específicos.

Um dos trabalhos da paleografia é a leitura paleográfica, e a sua importância tem relação direta com o passado como agente de esclarecimento e elucidações de transações feitas entre países ou pessoas, é um elo de comunicação das gerações passadas, de conhecimento de instituições antigas, dos costumes, crenças e cultura de um grupo social, e também da paisagem literária de outrora.

A sua utilização no Direito é larga, uma vez que os registros cartoriais outorgam direitos civis que vêm de datas remotas e muitas vezes requerem especialistas para a correta leitura, assim como em outros registros envolvendo genealogias, heranças e doações.

Utilizando a Paleografia "no que se refere à Arquivologia, indispensável se torna a leitura documental com o objetivo de proporcionar uma exata classificação e descrição do documento" (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 21), uma vez que é indispensável que o arquivista saiba corretamente o assunto a que se refere o documento para planejar um bom Plano de Classificação e realizar uma Descrição consistente.

Outro ponto em que a Paleografia se torna importante é na Difusão cultural dos Arquivos e na abordagem de educação patrimonial nas diversas instituições de memória.

Entendendo Educação Patrimonial como "um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo" (HORTA, 2006 apud ROCKEMBACH, 2015, p. 103-104), proporcionando a alunos de escolas ou pessoas comuns vislumbrarem os registros e conhecerem tais documentos custodiados.

A leitura Paleográfica acrescentada da Diplomática, e de outras ciências afins produz o esclarecimento necessário para permitir as ações da Difusão Cultural dos

Arquivos, porquanto sua função é de mostrar o "potencial do acervo"<sup>3</sup>, incentivando a investigação e interpretação das fontes primárias, possibilitar a leitura da história e favorecendo ao público a noção do valor patrimonial dos acervos arquivísticos existentes nas diversas instituições.

A Difusão cultural também apresenta um viés de ligação com as outras ciências da Informação; a Biblioteconomia e a Museologia, que buscam estratégias para facilitar o acesso e o conhecimento de seus usuários, onde a Paleografia figura entre um dos instrumentos de reconhecimento dos materiais de que trabalham tais serviços.

---

<sup>3</sup> Conforme o Arquivo Público do Estado de São Paulo. Seção Ação Educativa: Difusão. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/difusao>>.

### 3 ARQUIVOS ECLESIAÍSTICOS E O AHCMPA

A história da Igreja no Brasil se confunde com a própria história das Terras Brasileiras, desde o início os aspectos do governo civil mesclaram-se com os interesses eclesiásticos.

A maior parte da produção documental do país se deu pelos primeiros registros civis nas instituições religiosas, notadamente no período do Padroado Régio onde os monarcas desfrutavam do direito de administrar as questões religiosas, atrelando as necessidades da Igreja aos negócios da Coroa. Criado em Portugal e trazido ao Brasil, o Padroado estabeleceu em 1532 a Mesa de Consciência e Ordens que servia de tribunal onde o Rei garantia privilégios sobre a administração religiosa, competindo-lhe a escolha de cargos eclesiásticos e o direito de coleta e gerência dos dízimos. Em retorno, o governo civil se obrigava a erguer e manter os locais de culto e sustentar todo o clero desde as cômmodas<sup>4</sup> até as despesas materiais de suas paróquias.

As instituições civis pouco tinham de estrutura, deixando para os arquivos eclesiásticos a produção dos registros sacramentais como nascimentos, batizados, casamentos, crisma e óbitos, e outros assentos da administração e estatísticos das paróquias. Os Arquivos ficaram constituídos de valiosa documentação demonstrando com o tempo a sua importância como memória da sociedade e da cultura local.

Como se refere Cristian José Oliveira Santos (2005, p. 15),

a respeito dos arquivos eclesiásticos [...] é que se trata de arquivos seculares, únicos, produtores e custodiadores de registros durante os quase quatro primeiros séculos de história nacional, período em que a Igreja mantinha quase que completa hegemonia neste universo simbólico.

Com o início da República e a promulgação do Decreto 119-A, de 07 de Janeiro de 1890, o Estado fica proibido de atuar em assuntos religiosos, libera a escolha de cultos e acaba com o padroado, deixando nas mãos da Igreja um acervo significativo do contexto sociocultural e histórico nacional. A administração metódica e ininterrupta da Igreja, nos períodos mais recuados da história, denota uma ação sinérgica aos governos civis, tão incisiva e complementar que poderia “[...] ser considerado um dos braços” (SALGADO, 1985, p.115 apud CAMPOS, 2006, p. 14).

---

<sup>4</sup> Significado existente no Glossário.

A alta instância da Igreja Católica, representada pela Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja, comissão criada em 1988, atribuiu aos Arquivos Eclesiásticos particular importância dentre os bens culturais da Instituição, pois reúnem “[...] todos os documentos e instrumentos jurídicos, que se referem e atestam a vida e o cuidado pastoral, assim como os direitos e as obrigações das dioceses, das paróquias, das igrejas e das pessoas jurídicas instituídas na Igreja” (BERTO, 2012)<sup>5</sup>. Certamente um retrato da vida cotidiana das pessoas comuns das cidades, das transações de posse de bens, da mobilidade social, dos costumes vigentes nos vários recortes temporais. Além das estatísticas humanas, de serviços e da criação dos novos povoados.

O arquivo eclesiástico como um local de guarda documental como entendemos hoje vem do século XV, a partir do Concílio de Trento (1545-1563) que fixou os registros de casamento e batismos. Em 1727 o Papa Bento XIII cria normas que orientam os arquivos até hoje na “máxima vigilantia”, e em 1917, o Código de Direito Canônico, Cânon<sup>6</sup> que reforçou a legislação arquivística anterior e orientou cuidados com os vários tipos de arquivos pontifícios conforme a instituição; catedrais, colegiados, paroquiais e outras que existam no território. Em 1983 houve especial atenção aos Arquivos Históricos recomendando cuidados que se deve ter com estes e que se façam a descrição em catálogos e inventários. Na Carta Circular de 1997 intitulada de “A Função Pastoral dos Arquivos Eclesiásticos” é reforçada a ideia de arquivos Eclesiais em centros difusores de cultura e portadores de precioso patrimônio, onde o Papa Paulo VI diz que “está convicto de que a cultura histórica é necessária[...]” (s/d, p. 297).

Na época da fundação de Porto Alegre, toda a região estava ligada ao Bispado e à Capitania do Rio de Janeiro, sede do governo civil-religioso. A primeira ideia de criação de um bispado no Rio Grande do Sul surgiu pelo governador Sebastião da Veiga Cabral em 1801, encontrando outras consonâncias no decorrer do tempo. Para melhorar a administração, aplicação da justiça e defesa das fronteiras o Governador Paulo José da Silva Gama, em 1803, usou estatísticas da Igreja para requerer de Portugal a criação de quatro distritos e suas vilas, com as devidas representações jurídicas, pois a região continha quase trinta e sete mil “almas” (MIRANDA; MARTINS,

---

<sup>5</sup> Dizeres de João Paulo II em sua Constituição Apostólica *Pastor Bonus* (28 de junho de 1988), no artigo 101, § 1.

<sup>6</sup> Significado existente no Glossário.

2008, p. 14), conforme tabela abaixo. O Governador conseguiu concretizar seu intento somente ao final de sua governança, em 1809.

**Tabela 1 – População por Freguesias e Distritos em 04/12/1803**

<b>Vilas</b>	<b>Denominação das Freguesias</b>	<b>Almas</b>	<b>Total do Distrito</b>
Freguesias que devem anexar à Vila de Porto Alegre	Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre (Sede da Capitania)	3.279	11.747
	Nossa Senhora da Conceição de Viamão	2.065	
	Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo	3.037	
	Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia	2.718	
Freguesias que devem anexar à vila de Rio Grande de São Pedro	São Pedro do Rio Grande	8.390	11.290
	Nossa Senhora da Conceição do Estreito	1.715	
	São Luíz de Mostardas	1.187	
Freguesias que devem anexar à Vila do Príncipe	Vila do Príncipe (Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo)	3.739	9.599
	Santo Amaro	1.661	
	São José de Taquari	916	
	Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira	3.283	
Freguesias que devem anexar à Vila de Anadia	Vila de Anadia (Santo Antônio da Patrulha)	2.199	4.085
	Nossa Senhora da Oliveira de Vacaria	845	
	Nossa Senhora da Conceição do Arroio	1.041	
<b>TOTAL DA POPULAÇÃO</b>			<b>36.721</b>

Fonte: *Capitania de São Pedro do Rio Grande: Correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama - 1808*. IHGRGS, 2008, p.14. Fonte primária: Arquivo Ultramarino, Lisboa.

Antes do bispado, foi constituída a Vigararia Geral com alçada em toda a extensão da Capitania pela Provisão de 15 de dezembro de 1812 (RUPERT, 1994, p.154). A criação de Bispado foi autorizada pela Assembleia Geral Legislativa em 25 de Agosto de 1847, onde ficou disposto aguardando a Bula Papal.

Somente em 07 de Maio de 1848, pela Bula “As Oves Dominicadas” do Papa Pio IX, foi criada a Diocese<sup>7</sup> de São Pedro do Rio grande do Sul desmembrada oficialmente da diocese do Rio de Janeiro. Mas apenas a 03 de Julho de 1853, com a nomeação do primeiro Bispo do RGS, Dom Feliciano José Rodrigues Prates a Diocese ficou realmente instalada de fato como tal.

Mais espargida pelo estado do RS, a Igreja subdividiu a Diocese em quatro circunscrições criando as Dioceses de Pelotas, Santa Maria, Uruguaiana e elevando Porto Alegre à Arquidiocese<sup>8</sup>, pela Bula “Praedecessorum” de 15 de Agosto de 1910.

O primeiro Bispo Dom Feliciano não se demorou em atuar com seus deveres administrativos eclesiásticos e criou o Seminário ainda em 1853, a Escola dos Levitas (BALÉM, 1941, p. 196), na parte posterior à catedral da época, concluído no governo do 2º Bispo, Dom Sebastião Laranjeira, em 1888. Não obteve sequencia o Seminário, ficando o edifício para a Cúria<sup>9</sup> Metropolitana de Porto Alegre, onde se localiza a administração do Arcebisado e o Arquivo Histórico da Instituição.

O Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA) foi fundado em 1853 com a instalação do Bispado, entretanto os documentos mais antigos do arquivo datam do ano de 1747, todavia sofreram perdas por não haver ainda um local definido para guarda, por manuseios inadequados ou outras circunstâncias. Com a criação do Bispado foi também reservado um local para arquivo que mais tarde, em 1888, depois de construído o Seminário Episcopal, situou-se no mesmo prédio, permanecendo até hoje, à rua Espírito Santo, n.º 59, no bairro Centro Histórico.

A hierarquia da Igreja no Brasil tem sua representação máxima da Santa Sé no Núncio Apostólico, seguindo-se pelos Arcebispos nas Províncias Eclesiásticas; dos Bispos, responsáveis pelas Dioceses, até os Párocos nas Paróquias. Podendo haver Vicariatos onde os responsáveis são Vigários Episcopais e Comarcas Eclesiásticas,

---

<sup>7</sup> Significado existente no Glossário.

<sup>8</sup> Significado existente no Glossário.

<sup>9</sup> Significado existente no Glossário.

em que os representantes da autoridade do Bispo/Arcebispo são os Vigários Forâneos. Os Arquivos também seguem divisões, nos ditos dicastérios<sup>10</sup>, enquanto suas funções ou objetivos; administrativos ou evangelizadores.

O acervo do AHCMPA está organizado com o Quadro de Arranjo baseado na legislação canônica do CIC (Codex Iuris Canonici) de 1983, utilizando o Sistema Arquivístico Diocesano segundo o manual de Sastre Santos. A estrutura dos Fundos documentais está dividida em três categorias, levando em conta a história da instituição: Fundo Comarcas/Vigarraria (1747 – 1848), documentação produzida antes da instalação do Bispado no RS, fundo fechado com várias lacunas documentais; Fundo Bispado/Arcebispado (1848 – aos dias atuais), onde o estatuto jurídico foi alterado e traz registros de decisões tomadas pela instituição e pastoreio; e o terceiro é o Fundo Paróquias (1747 – aos dias atuais) que possui os registros sacramentais de batismos, casamentos e óbitos; documentos administrativos e irmandades, entre outros.

Cada Fundo está dividido em três Seções, pela ótica funcional: Ensinar, Santificar e Governar. Sucessivamente as Seções estão subdivididas em Subseções, de acordo com as atividades.

Existem cerca de 2.000 códices, 3.000 fotos e 14.000 pastas, somando cerca de 200 metros lineares de documentação.

Embora exista um bom número de documentos e material para pesquisa, a maior demanda do arquivo é dos fichários e índices nominais dos Livros de Registro de casamentos e batismos. O AHCMPA ainda não foi totalmente descoberto para pesquisa histórica, tendo material a ser explorado.

Segundo Dom Carlos Azevedo<sup>11</sup>, Vogal da Comissão Episcopal da Cultura, Bens Culturais e Comunicações Sociais, os “arquivos são instrumentos pastorais” e “dão um sentido à história”, uma vez que registram as atividades desenvolvidas nos grupos sociais e guardam a memória administrativa da instituição e dos eventos simbólicos da vida cotidiana dos paroquianos. As marcas deixadas pelas vivências podem reconstruir ambientes pretéritos pelas buscas documentais clericais, reafirmando o dizer de Dom Manuel Iñiguez Ruiz de Clavijo, Diretor do Secretariado

---

<sup>10</sup> Significado existente no Glossário.

<sup>11</sup> Conforme matéria de Luís Filipe Santos, de 19 de junho de 2008, intitulada *A Importância pastoral e evangelizadora dos Arquivos Eclesiásticos*. Texto disponível no website da Agência Ecclesia: <<http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/nacional/a-importancia-pastoral-e-evangelizadora-dos-arquivos-ecclesiasticos/>>.

da Comissão Episcopal do Patrimônio Cultural da Conferência Episcopal Espanhola, um arquivo “não são papéis velhos”.

#### 4 O PADRE THOMÉ LUIZ DE SOUZA

Thomé Luiz de Souza nasceu a 21 de dezembro de 1770<sup>12</sup>, na Colônia de Sacramento, na época em que esta pertencia a Portugal, era filho legítimo do cirurgião mor Matheus de Souza, natural e batizado na Freguesia de São Pedro da Ilha de São Miguel, bispado de Angra, pertencente ao arquipélago Açoriano; e de Jozefa Maria, natural e batizada na mesma Colônia de Sacramento.

Tinha como avós paternos; Antônio de Souza e Joanna Martins naturais da Ilha de São Miguel, e maternos; Domingos Dias Chaves, natural de Santa Maria Madalena de Covas, comarca de Chaves, arcebispado de Braga; e de Mariana de Jezuz, natural e batizada na Freguesia de São Julião do Patriarcado de Lisboa<sup>13</sup>.

A história da Colônia de Sacramento confunde-se com a economia e a política entre Portugueses e Espanhóis, tendo sua primeira fundação em 1680, sob a liderança de Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro (KÜHN, 2011, p. 30), seguiram-se momentos de tomada espanhola e retorno aos portugueses por varias vezes até o último acordo definitivo, o Tratado de Santo Ildefonso em 1777, onde a Colônia ficou para a Espanha e Portugal garantiu o Continente do Rio Grande, sem a região missioneira ainda.

Foi neste período que se deu o casamento de Matheus de Souza e Jozefa Maria (BARROS, 2012), pais de Thomé, em 09 de setembro de 1760, com registro no 1º Livro de Casamentos daquela Igreja, à página 232 v; o nascimento de suas irmãs, Luisa a 21 de junho de 1761; de Maria Ana a 06 de julho de 1762; de Teresa a 16 de março de 1763; o batizado de Thomé Luiz de Souza em 02 de janeiro de 1771; o nascimento de Inocência a 09 de janeiro de 1773, e de Mariana em 08 de agosto de 1775<sup>14</sup>.

Com a passagem daquelas terras à Espanha, Thomé veio com a família radicar-se em Porto Alegre (*A Reencarnação*, nº 3, ano XXV, 1958, p. 13). É provável que toda a família tenha passado pelo Rio de Janeiro, pois no registro de óbito de seu irmão caçula, João José de Souza, falecido e registrado em Porto Alegre em 24 de

---

<sup>12</sup> Esse registro consta no Livro 3º de Batizados (1760-1774), folha 47 v na obra *Colônia de Sacramento: Batizados, Casamentos e Óbitos – 1690-1777* (2012, p.408), de Dalmiro da Motta Buys Barros.

<sup>13</sup> Documento do AHCMPA. Traslado Comissão de Genere, maço 185.

<sup>14</sup> Conforme registros encontrados nas transcrições do Livro de Dalmiro da Motta Buys Barros, nas páginas 362, 370, 376, 408,421 e 257.

junho de 1800, aos 22 anos de idade, consta ser ele natural do Rio de Janeiro (AHCMPA) <sup>15</sup> portanto nascido em 1778.

Em meados do século XVIII Porto Alegre era um povoado conhecido como “Porto Dorneles” (KÜHN, 2011, p. 54) em alusão aos primeiros proprietários das terras a beira do rio e pertencentes à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão; com a chegada de casais açorianos recebeu a partir de 1757 a denominação de “Porto dos Casais” e foi elevada ao estatuto de Cidade pela Portaria Eclesiástica em 26 de março de 1772 (Guia Moysés Vellinho, 2009, p. 10-11) com o nome de Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, mas teve a alteração de seu Orago<sup>16</sup> e conseqüentemente seu nome, em 18 de janeiro de 1773, para Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. O Governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro na época, o Coronel José Marcelino de Figueiredo transferiu a capital para a cidade em ofício de 25 de julho de 1773. Logo a seguir o seu sucessor, Paulo José da Silva Gama reivindica a criação de quatro municípios (MIRANDA; MARTINS, 2008, p.7-8, 128-129): Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antonio da Patrulha, mas foi só em 23 de agosto de 1808, pelo alvará de Dom João, Príncipe Regente, que Porto Alegre chega à categoria de Vila, resultando na Resolução Régia de 27 de abril de 1809, ratificada em uma Provisão real de 07 de outubro de 1809, culminando na instalação solene pelo então governador da “Capitania de São Pedro” <sup>17</sup> (MIRANDA; MARTINS, 2008, p.18) (grifo do autor) do Rio Grande do Sul, Dom Diogo de Souza a 11 de dezembro de 1810.

Ainda jovem Thomé seguiu para o Rio de Janeiro, a fim de estudar no Seminário Nossa Senhora da Lapa, sendo ordenado Diácono a 21 de maio de 1796, pelo então Bispo Dom José Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, tendo registro na Cúria da cidade do Rio de Janeiro, no Livro nº 5 da Ordem, folha 42 (RUBERT, 1994, p. 53). Pode ser observado no documento abaixo o pedido de recepção à dita Ordem.

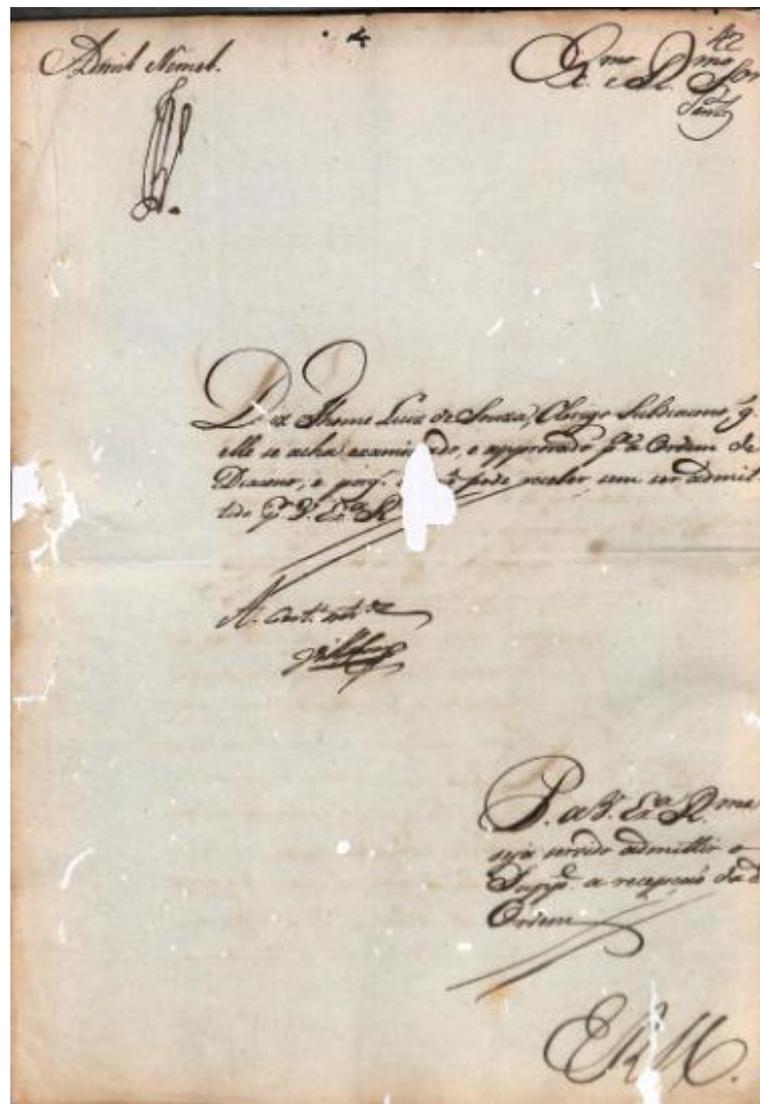
---

<sup>15</sup> Livro de Óbitos NSMD, Lv. 2, fl. 27v. Fonte: AHCMPA

<sup>16</sup> Significado existente no Glossário.

<sup>17</sup> Em setembro de 1807 o RS foi elevado à Capitania Geral e recebeu esta designação.

**Figura 1** – fotografia do documento em que Thomé pede para ser admitido à Ordem de Diácono



Fonte: AHCMRJ

Para ingressar na Ordem da Igreja Católica eram necessárias averiguações da vida do candidato ao clero. No documento "Diligência de Genere"<sup>18</sup> está descrita a sua paternidade e descendência portuguesa, demonstrando que ele não era judeu ou cristão novo, dados esses que conferiram a Thomé a validade de genealogia favorável à admissão na Igreja Católica" (documento existente no AHCMPPA, Maço 185).

Foi também favorecido pelo documento de investigação "Vita et Moribus" (AHCMPPA, Maço 187), instrumento pelo qual era submetido todo candidato às Ordens

<sup>18</sup> Documento lavrado referente ao processo que investigava a ascendência e a limpeza de sangue de uma pessoa candidata ao ingresso do serviço da Igreja (MENDONÇA, 2011, p.1).

Eclesiásticas, por onde se averiguava a idoneidade do aspirante pela Comissão de Inquirição de testemunho. Eram enumeradas as cláusulas de avaliação do habilitando, como se pode ver na de número 7 (sete), "se o dito abilitando he o foi herege ou apostolo da nova Sancta Fé Catolica" (AHCMPA, Maço 187), e ao final assinada por algumas testemunhas e pelo escrivão, o padre João Chrisostomo da Silva, datado de 17 de maio de 1794.

Outra providência tomada antes de consagrar um padre era a confissão de Patrimônio, onde a 27 de outubro de 1794 (AHCMPA, Maço 186) foi lavrado o Auto<sup>19</sup> de Constituição de Patrimônio do habilitando Thomé Luiz de Souza. Tal documento relata quais são as posses materiais do requerente, que deveria ter um valor mínimo. No caso presente, o documento relata a doação da metade de uma casa, presumivelmente da família, na Rua Formosa (atual Duque de Caxias) por parte de duas irmãs e seus maridos, e de outra irmã solteira e o irmão mais jovem para o habilitando Thomé uma vez que, os casados não necessitavam desta habitação, pois tinham outra, e os solteiros poderiam fazer a doação de suas partes, por não terem herdeiros.

Padre Thomé foi professor de estudos básicos e de latim desde 1807, tendo dado aulas a vários personagens da história do Estado do RGS, como Antônio Álvares Pereira Coruja e Feliciano José Rodrigues de Araújo Prates.

Antônio Álvares Pereira Coruja nasceu em Porto Alegre em 1806<sup>20</sup> e foi acolhido como aluno e ajudante da igreja pelo padre Thomé na sua mocidade. Foi educador, professor de Filosofia com atestado de "efetivo exercício" (TOSON; CASTANHO; MACHADO, 1998, p. 90-91) pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre em 25 de agosto de 1840, historiador e escritor. Eleito como membro suplente na 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial em 1835<sup>21</sup>, no início da Guerra dos Farrapos. No final da década de 1840 mudou-se para o Rio de Janeiro fugindo de

---

<sup>19</sup> Significado existente no Glossário.

<sup>20</sup> Conforme consta na página da Wikipédia, disponível no endereço: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio\\_%C3%81lvares\\_Pereira\\_Coruja](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_%C3%81lvares_Pereira_Coruja)>.

<sup>21</sup> Informação obtida em notícia de 1835, mantida pela página do Memorial do Legislativo: *Eleitos em 1835 para a primeira Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial*. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/PesquisasHist%C3%B3ricasPrimeiraLegislatura/tabid/3464/language/pt-BR/Default.aspx>>.

perseguição política, lá permanecendo até sua morte em 1889, onde escreveu suas memórias<sup>22</sup> e experiências na cidade de Porto Alegre<sup>23</sup>.

Feliciano José Rodrigues de Araújo Prates nasceu a 13 de Julho de 1781, na Aldeia dos Anjos, atual Gravataí. Depois de feitos os primeiros estudos onde nasceu, foi aluno de latim do padre Thomé em Porto Alegre. Seguindo para o Rio de Janeiro estudou no Seminário Nossa Senhora da Lapa e depois no Seminário São José. Com 23 anos foi ordenado presbítero voltando ao Sul. Foi cura de São Nicolau das Missões, nomeado capelão da Cavalaria Miliciana de Rio Pardo, chegando a capelão tenente do Corpo dos Dragões de Rio Pardo. Tomando parte na Guerra de Artigas (1816-1820) e resistindo na batalha de Catalan, recebeu a Medalha do Exército Pacificador. Foi ainda Cavaleiro da Ordem de Cristo e da Imperial da Rosa. Após alguns anos, pediu demissão, permanecendo como oficial reformado. Foi apresentado Bispo pela Carta Imperial de 10 de abril de 1852, sendo ordenado no Rio de Janeiro em 29 de maio de 1853, tomando posse em Porto Alegre no dia 03 de julho do mesmo ano. Confirmou como Vigário Geral da Província o Padre Thomé Luiz de Souza de quem sempre teve amizade. Fundando o Seminário, a Escola dos Levitas, ainda em 1853, nomeou professor o Cônego Thomé Luiz de Souza (BALÉM, 1941, p. 191-198). A partir dos relatos bibliográficos e vestígios documentais a amizade dos dois padres parece ser uma constante durante suas atividades eclesiais.

Após cinco anos de episcopado apenas, Dom Feliciano falece aos 78 anos de idade em 27 de maio de 1858 e foi sepultado junto ao Coro da Capela-Mor da antiga Catedral, ao lado do Evangelho, na carneira nº 30. Em 1889 foi realizada a exumação dos restos mortais e a urna guardada ainda na Cúria Metropolitana, onde foram removidos o anel e a cruz peitoral que hoje pertencem à Mitra da Diocese. Em 1920, por ocasião da demolição da antiga catedral houve outra exumação e a urna mortuária do Bispo foi levada à sala das sessões da Irmandade São Miguel e Almas, que funcionava na catedral. Por finalizada a Cripta da nova Catedral em 1929, foram para lá os despojos, sendo daí removidos pela última vez em 1986 para serem tumulados no recinto interno da nova e atual Catedral (NEIS, 1986-1987).

---

<sup>22</sup> Em *Antigualhas: Reminiscências de Porto Alegre*, de 1888.

<sup>23</sup> Mais alguns detalhes podem ser encontrados na Dissertação de Mestrado em Arquitetura de Bruno Cesar Euphrasio de Mello, de 2010 – *A Cidade de Porto Alegre entre 1820 e 1890: as transformações físicas da Capital a partir das impressões dos viajantes estrangeiros*.

“O Rio Grande do Sul, dependente do longínquo Bispado do Rio de Janeiro, tinha dificuldades de ser eclesiasticamente bem administrado, pois, excetuados os Vigários da Vara, não havia uma autoridade superior mais próxima” (RUBERT, 1994, p. 153), levando à necessidade da criação de uma Vigararia Geral em Porto Alegre em 1812 até que se pudesse instalar um Bispado.

Ocasão em que, o Cônego Antônio Vieira de Soledade, sexto (6º) na sequência dos Párocos de Porto Alegre, foi empossado Vigário-Geral da Província, no ano de 1814. Fora também membro do Conselho Geral da Província em 1828, Senador e presidente da Mesa Diretora em 1829 (AITA; AXT; ARAUJO, 1996, p. 25-26), servindo-se muitas vezes de pároco coadjutor (ajudante) e vigário interino em suas ausências, do que o padre Thomé era o escolhido para substituir-lhe (RUBERT, 1994, p. 94). Com o falecimento do Cônego Soledade a 16 de dezembro de 1836, assumiu Thomé Luiz de Souza o cargo de Vigário Cônego da Paróquia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, da qual já era ajudante e substituto.

Ainda em 26 de fevereiro de 1833, por cessação da jurisdição de Soledade, o padre Thomé fora nomeado Vigário da Vara Eclesiástica de Porto Alegre (BALÉN, 1941, p.74), e neste cargo, foi encontrá-lo a Provisão de desmembração da Freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus na Província de São Pedro na data de 24 de outubro de 1832<sup>24</sup> quando o Imperador Dom Pedro II por meio de um Decreto, manda executar uma Resolução da Assembleia Geral Legislativa, sobre uma proposta do Conselho Geral da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul; a divisão da freguesia (paróquia) da Nossa Senhora Madre de Deus da Cidade de Porto Alegre em três: freguesia (paróquia) da Senhora Madre de Deus, freguesia (paróquia) da Senhora das Dores e a freguesia (paróquia) da Senhora do Rosário<sup>25</sup>. Em ofício recebido pela administração Eclesiástica da cidade em 19 de julho de 1933 é pedido que se fizesse executar tal Decreto, fixasse os editais e registrasse nos livros competentes.

Na Paróquia da Nossa Senhora das Dores, a atuação do Padre Thomé foi direta, pois este fez parte da primeira mesa administrativa da Irmandade em 1801. O padre pertencia à Ordem dos Padres Servitas; e depois da instalação da Irmandade em Capela própria, a partir de 23 de junho de 1813, em “um terreno em declive entre as ruas da Praia e a do Cotovelo (atual Rua Riachuelo), no promontório que se

<sup>24</sup> AHRGS – Assuntos Religiosos. Cx. AR06. Maço 13.

<sup>25</sup> Ver apêndice D e E – Transcrição Paleográfica. Ofício e Decreto de divisão das Paróquias.

estendeu para dentro das águas do Rio Guaíba” (PAPEN, 1979, p.9), a Irmandade foi elevada à Ordem Terceira de Nossa Senhora das Dores, ligada à Ordem primeira dos Padres Servitas, pelo Indulto Apostólico em 11 de fevereiro de 1819. Por esta Carta o Frey Estevão Antomarcho, vigário Geral Apostólico da Ordem dos Servos de Maria, deu ao padre Thomé Luiz de Souza a autorização de erigir uma “Congregação de Terceiros e Terceiras”.

Em 1822 o Padre Thomé foi eleito Comissário Geral da Irmandade, cargo de direção espiritual dos irmãos professores. Com a divisão das paróquias, em 1833, ficou ainda responsável pela capela durante muitos anos, até sua morte, além de ser o responsável pela Igreja Matriz.

Há esse tempo o padre Thomé também exercia cargo no governo do Estado. Em 1829 era suplente de secretário do Conselho Geral da Província, em 1830 ficou secretário do Conselho (AITA; AXT; ARAUJO, 1996, p. 32-33). Na Assembleia Legislativa Provincial, foi eleito para a primeira legislatura em fevereiro de 1835, no início da Revolução Farroupilha. A presidência da Assembleia “[...] tocou ao Cônego Tomé Luís de Souza, um clérigo de muito prestígio pessoal e um dos únicos deputados presentes em toda a legislatura, desde abril de 1835, sobrevivendo às diversas alternâncias do comando político” (FRANCO, 2004, p. 18). A atividade da Assembleia se deu pelo Ato Adicional, Lei nº16 12 de agosto de 1834, e deveria permanecer por dois anos, mas devido às rebeliões, permaneceu por três anos seguidos, 1835, 1836 e 1837 mantendo os membros somente do partido conservador uma vez que os do partido liberal participavam da Revolução.

O padre Thomé Luiz de Souza foi ainda o presidente da Mesa Diretora no ano de 1837 na primeira legislatura, só voltando no ano de 1846, também como presidente da Mesa, permanecendo assim por sete (7) vezes até a data de 22 de março de 1848<sup>26</sup>.

Nesse período conturbado da história Rio Grande do Sul, a província de então “apresentava uma combinação explosiva nas primeiras décadas do século XIX, em que se misturavam a condição fronteiriça e militarizada, a insatisfação com o governo regional e a difusão ideias liberais exaltadas” (KÜHN, 2011, p.75). A Constituição de

---

<sup>26</sup> Listagem dos membros da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/PesquisasHist%C3%B3ricasPrimeiraLegislatura/tabid/3464/language/pt-BR/Default.aspx>>; <[http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Mesa\\_Diretora\\_1/tabid/3678/language/pt-BR/Default.aspx](http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Mesa_Diretora_1/tabid/3678/language/pt-BR/Default.aspx)>.

1824 era muito centralizadora não dando autonomia política às províncias, havendo muitos conflitos com os governantes nomeados que não favoreciam o avanço liberal iniciado com a abdicação de D. Pedro I. Foram tomadas medidas liberais como a criação da Guarda Nacional (1831), a provação do Código de Processo Criminal (1832) e o Ato Adicional (1834) que criava as Assembleias Legislativas, mas a elite sul-rio-grandense composta de estancieiros, pecuaristas e charqueadores queriam mais liberdade de comércio e menores impostos para suas mercadorias vendidas para o centro do país. O conflito iniciado em 1835 nada tinha de democrático uma vez que permaneceu o padrão de mando, e o trabalho escravo manteve-se inalterado na sociedade após a pacificação, com o acordo de Ponche Verde em 01 de março de 1845. A paz veio com acordos onde, o presidente da província poderia ser escolhido, os presos foram soltos e os impostos ficaram altos aos produtos estrangeiros. Mas a questão da escravidão africana continuou, e ainda “em 1858 a província do Rio Grande tinha mais de 70 mil cativos, que totalizavam naquele ano um quarto do total de habitantes” (KÜHN, 2011, p.70). Embora a Lei Euzébio de Queiroz, de 1850, desse fim ao tráfico legal, o RS fez bons negócios com a região sudeste do país. Em Porto Alegre o Centro Abolicionista criado em 1883 pretendeu dar fim aos cativos do estado, celebrado no dia 07 de setembro de 1884, mas só em 1889 foi legalizado o fim da escravidão no País, ao menos no papel e na Lei.

No decorrer da Revolução Farroupilha houve um cessamento na criação de novos municípios na Província, só retornando em 1846 (FORTES, WAGNER, 1963, p.13), sendo criados então 44 daí até o final do período colonial. Foram concebidos por meio de leis da Assembleia Provincial e ao raiar da República, em 15 de novembro de 1889, o Rio Grande do Sul contava 59 municípios.

Curiosidades da época, ainda no início de 1835, a Assembleia recebeu queixa de que os empregados da Secretaria da Presidência recebiam ordenados “assas mesquinhos” e que não estavam em proporção com o trabalho que deles se exigia (ROCHE, 1961, p.107), em contrapartida dos professores que estavam com precária instrução e recusando-se a trabalharem “[...] exigia-se por ora menos saber dos Mestres, porém mais probidade e amor ao trabalho [...]” para que houvessem escolas preenchidas. O interessante é que o salário de um secretário era 1.800 réis, e dos professores, 600 réis; igual ao de um segundo funcionário ou um porteiro, e quase a do mensageiro, que era de 400 réis (ROCHE, 1961, p. 131), coincidindo com a realidade atual.

Em meio a essa turbulência, em 1843, dez anos depois de ser nomeado Vigário da Vara Eclesiástica, o padre Thomé foi designado para o cargo de Vigário Geral<sup>27</sup> por ocasião do restabelecimento da Vigararia Geral, e em 30 de janeiro de 1846 recebeu o título de "Visitador Perpétuo da Província de São Pedro" (BALÉM, 1941, p. 36) auferido com esta designação pelo Bispo do Rio de Janeiro, o Conde de Irajá, quando da vinda deste ao Estado do Rio Grande do Sul e a Porto Alegre. Com essas credenciais o padre Thomé realizava crismas nas capelas do interior e autorizava a confirmação de várias paróquias, como a de Santa Maria da Boca do Monte em 1844 e de Bagé em 1846. Deu posse ao padre José Inácio de Carvalho Freitas na paróquia do Rosário em Porto Alegre em 1850. Em Sant'ana da Boa Vista deu provisão ao pároco em 1848. Na paróquia do Menino Deus de Porto Alegre lançou a pedra fundamental e celebrou a primeira missa em 1853. E na capela da Nossa Senhora da Conceição de Porto Alegre, em 1852, lançou a pedra fundamental (BALÉM, 1941, p. 112, 135 e 261) situada dentro da paróquia do Rosário. Entre outras ações diretas às paróquias.

Com a confirmação pelo Bispo Dom Feliciano no cargo de Vigário Geral da Província, em 1853, o padre Thomé Luiz de Souza pode usar a alcunha de Monsenhor. Também recebeu a denominação de Arcipreste; que é um título honorífico do responsável pela correta execução dos deveres eclesiais e pelo estilo de vida daqueles que estão sob sua autoridade, com as mesmas funções do Vigário Forâneo (ou da Vara) na Vigararia, e na antiga legislação eclesial, era um presbítero que atuava como assistente ou substituto do Bispo em algumas funções.

No Brasil, os Arciprestados tiveram uma função relevante à época do Império, dado o número insuficiente de bispados. Os arciprestados permitiam conservar unidas grandes áreas, facilitando o trânsito dos Padres Seculares de uma região para outra, equilibrando a distribuição do clero no território. O Arcipreste ocupava uma posição regional na diocese, coordenando os vigários da vara que por sua vez coordenavam os vigários das paróquias ou freguesias. A natureza dos poderes do Arcipreste, no entanto dependia das concessões dos bispos. Esta denominação foi usada na época da Revolução Farroupilha, por organização da Igreja, porque ocorreu um Cisma<sup>28</sup> com nomeações de padres não ligados à Ordem Secular e alguns atos irregulares.

---

<sup>27</sup> Significado existente no Glossário.

<sup>28</sup> Significado existente no Glossário.

No título e cargo de Cônego, suas funções eram de responsável pela Igreja Matriz da cidade, onde prestava contas do uso dos proventos cedidos pelo Presidente da Província para manutenção da parte material e dos eventos religiosos da antiga Igreja de Nossa Senhora Madre de Deus. O soldado e artista Hermann Rudolf Wendroth<sup>29</sup> retratou em aquarelas a cidade de Porto Alegre do século XIX. Na figura abaixo a antiga Igreja Matriz da qual Thomé cuidava, esta ladeada pela Capela do Divino Espírito Santo e do primeiro palácio do governo em dia de procissão. Atualmente os prédios são outros e a Capela do Divino Espírito Santo não mais existe, deu lugar à rua de mesmo nome, Espírito Santo, onde era somente um beco ao lado da capela.

**Figura 2** – Praça da Matriz em dia de procissão. Porto Alegre, 1852.



Fonte: WENDROTH, Hermann. 1852. Disponível em:  
<<https://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AWendroth07.jpg>>.

Nos documentos do Arquivo Histórico do RS encontram-se algumas destas anotações e diligências do padre ao presidente da província do ano de 1834. Desde prestação de contas de materiais de construção à antiga igreja, recibos de

---

<sup>29</sup> Herrmann Rudolf Wendroth foi um mercenário e artista plástico alemão que veio para o Brasil em 1851, contratado para lutar na Guerra contra Rosas.

trabalhadores na manutenção da mesma até notificações de pequenas desavenças nas paróquias distantes da capital e o provimento de párocos nas igrejas do interior do estado (AHRs. AR, Maço 13)<sup>30</sup>, assim como o arrolamento dos materiais e serviços prestados em nome do padre Thomé à Igreja Matriz, como visto na figura a seguir.

**Figura 3** – Arrolamento de materiais para os reparos na Igreja Matriz, 05/09/1835.

*Arrolamento de M<sup>tes</sup> de Materiais para os Reparos na Igreja Matriz, 05/09/1835.*

*Para a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, para os reparos e melhoramentos da Igreja e Matriz desta Cidade, e reparos a fazer na Igreja.*

4000. Tijolos de Alameda	15000	600000
4000. " de Indialho	30000	1200000
100. Cacos de Lacho	500	500000
200. " de São	700	1400000
100. C. Agueiros de Cal preto	800	3800000
350. " de sinta branca	1000	3500000
33. Tijolos de Cuiabá	3000	1050000
80. Tijolos	...	800000
10. Tijolos de taboas	10000	1000000
4. Tijolos para moshas	4000	160000
14. Anchaes p <sup>o</sup> estrada, Terana, cu simples, ecoras da mesma	2000	360000
8. Pedras para as Cadeiras de São	...	400000
4. Cantoneiras de ferro	...	160000
Chapas de Ferro de Indialho, e Inventos	...	5500000
Para atencilhas, que tem a ser fornepa com as portoneas Terana, que muietas Carpintora, varichas Lepo e mais muietas	...	7000000
		5000000
		40130000

*Antônio Manoel Oliveira*  
*Luiz Pez de Dias*

Fonte: AHRs. Foto: Katia M. Matusiak.

<sup>30</sup> Ver apêndices – Transcrições Paleográficas A, B, C e F.

Dentre as participações da Igreja junto à comunidade Porto-Alegrense, existem no acervo do Arquivo Público do Estado do RS os Registros de Propriedade de Terras; que, em 1850, a Coroa dispôs a Lei de Terras, regulamentada pelo Decreto 1.318 de 30 de janeiro de 1854, criando a Repartição Geral das Terras Públicas. Era o órgão responsável por dirigir a medição, dividir e descrever as terras devolutas e prover sua conservação; devendo propor ao governo quais terras devolutas deveriam ser reservadas à colonização indígena e fundação de povoações, e quais deveriam ser vendidas, além de fiscalizar tal distribuição e promover a colonização nacional e estrangeira. Ainda realizar o registro das terras possuídas, propondo ao Governo a fórmula a ser seguida para a legitimação dessas terras e revalidação de títulos.

Os assentamentos eram chamados de Registros Paroquiais de Terras, e eram obrigatórios para todos os possuidores de terras, sendo os vigários de cada freguesia os encarregados de registrar tais declarações, devendo deixar duas cópias iguais, contendo os dados básicos do possuidor como o nome, localização da freguesia onde era situado, o nome particular da situação, a extensão se possível e conhecida e os limites do lote.

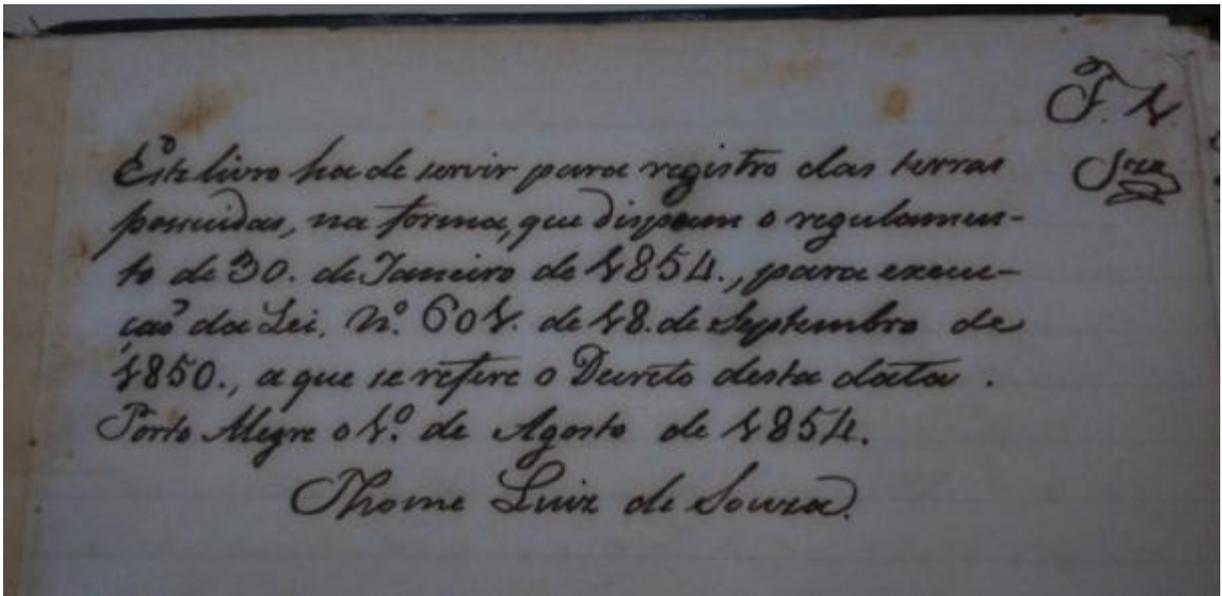
É possível, por exemplo, conferir as atribuições dos padres pelo Decreto 1.318 de 1854<sup>31</sup>, no "Art. 103. Os Vigários terão livros de registro por eles abertos, numerados, rubricados e encerrados. Nesses livros lançarão por si, ou por seus escreventes, textualmente as declarações" e em alguns destes Livros que permanecem no APERS pode-se ver a atuação do vigário Thomé Luiz de Souza nos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro com as rubricas em todas as páginas de anverso do mesmo livro de Assentos<sup>32</sup>, como se vê nas próximas figuras.

---

<sup>31</sup> O Decreto está disponível online em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Historicos/DIM/DIM1318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM1318.htm)>.

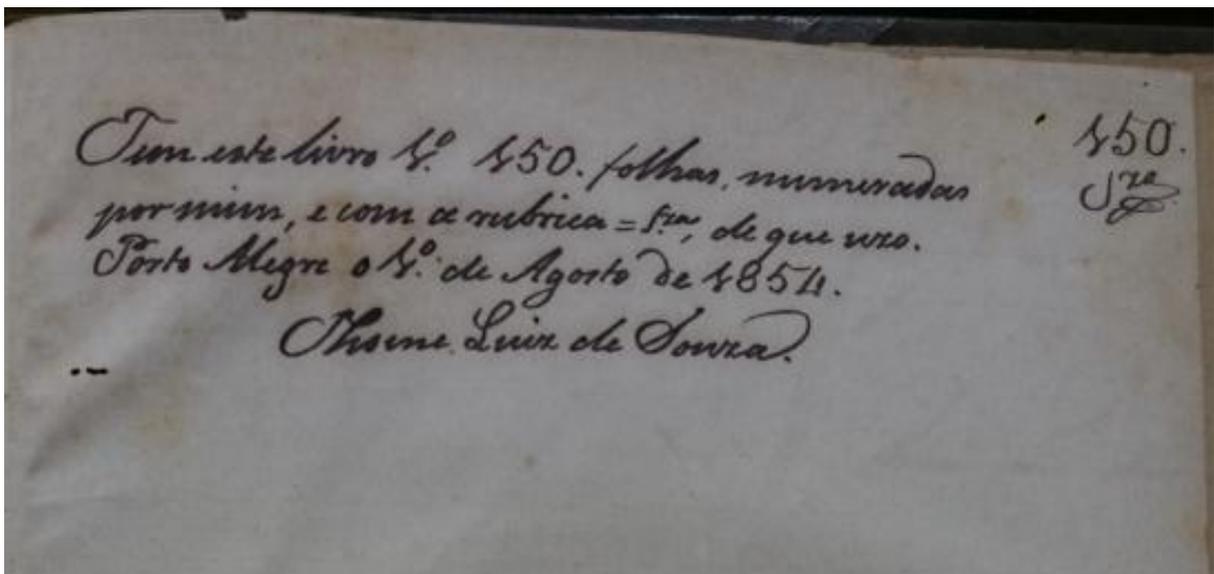
<sup>32</sup> Significado existente no Glossário.

**Figura 4 – Termo de Abertura do Livro de Registros.**



Fonte: APERS Registros Paroquiais. Livro 31 (247D2). Foto do documento. Katia M. Matusiak.

**Figura 5 – Fotografia do Livro de Registro de Terras. Termo de Encerramento.**



Fonte: APERS. Registros Paroquiais. Livro 31 (247D2). Foto do documento. Katia M. Matusiak.

Embora a vida do padre Thomé tenha se passado em época recuada, e as representações iconográficas da cidade (aquarelas, desenhos, mapas e plantas) reflitam um olhar de realidade temporal ainda precário, nota-se que foi um tempo de emancipações territoriais, de organização de vários setores da sociedade, com maior desenvolvimento após 1845. Apesar da dependência religiosa e civil ao Império, o período foi fecundo na geração de estruturas socioculturais que convivemos até hoje,

a começar com a própria Assembleia Legislativa do Estado (1834); a Força Policial da Província, antecessora da Brigada Militar do Estado (1837); a criação do Hospital da Santa Casa (1826) e a busca de melhor lugar para o Cemitério da cidade (1848).

No período de 1835 a 1845, para contrapor as ações do governo, a sociedade enfrentou 10 anos de conflitos entre o governo Imperial e as elites locais da Província. Embora não tenha sido um movimento da totalidade das pessoas, a capital ficou sitiada. Houve um abatimento da vida social e econômica e verificou-se a falta de abastecimento na cidade. Muitas pessoas perambulavam desvalidas pela cidade até a pacificação em um acordo das elites produtoras e comerciais com o Império, tendo o Duque de Caxias como personagem central neste episódio.

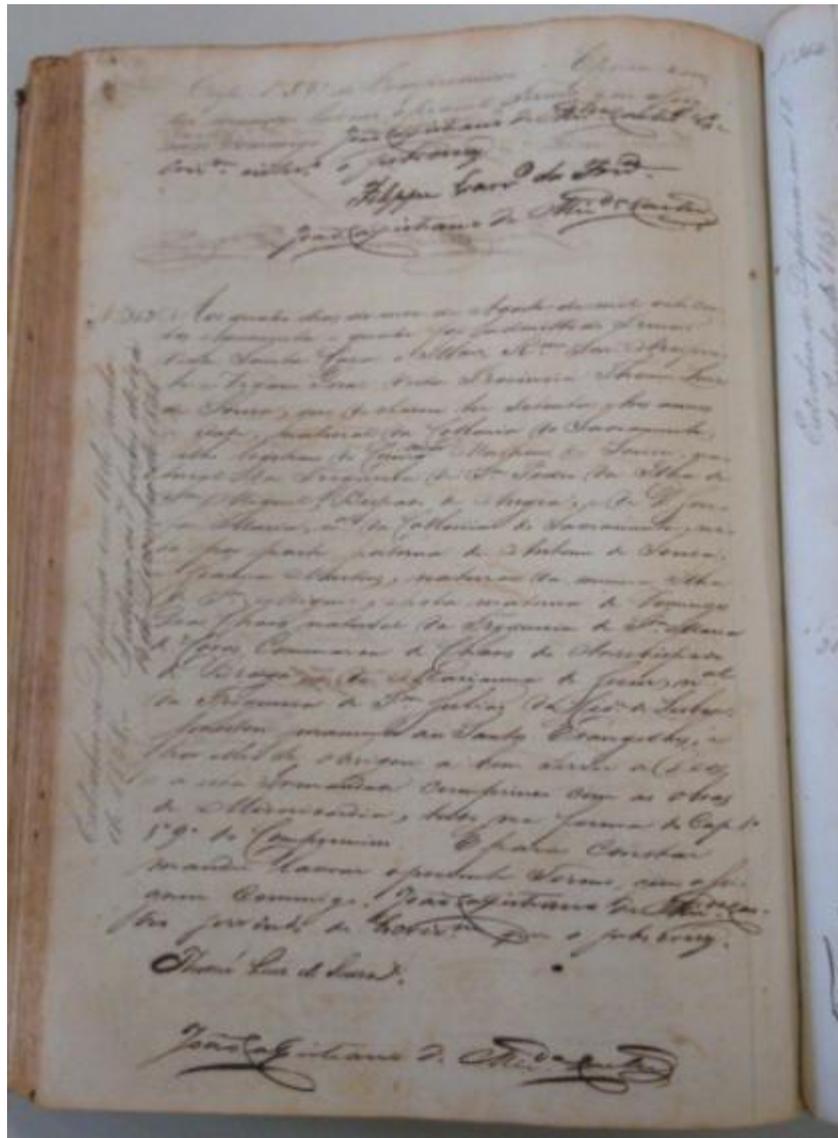
Embora a Assembleia Legislativa tenha mantido as portas fechadas até a pacificação, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre não cessa seus trabalhos neste período, e em 1837, em sessão do dia 1º de agosto pedem providências ao Vigário da cidade em relação ao abandono do Cemitério da Matriz. Uma medida curiosa ocorreu no dia 14 de agosto de 1841, em que os vereadores receberam autorização do Presidente da Província para contratarem alguém, pelo tempo necessário, para organizar o Arquivo (TOSON, CASTANHO, MACHADO, 1998, p. 106). As duas principais vilas, Rio Grande e Porto Alegre, permaneceram na maior parte desse tempo com os legalistas e, em 25 de novembro de 1841 a Câmara de Vereadores da capital torna público o Decreto 103, em que o Imperador concede à Porto Alegre o Título de “Leal e Valorosa” por ter se mantido firme e leal ao Império. Ainda tiveram muitas outras deliberações em relação à administração da cidade, enfim a vida continuava.

Os hábitos Portugueses trouxeram as Santas Casas de Misericórdia, que em Porto Alegre chegou em 1803. Em Portugal a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Lisboa começou a existir em 15 de agosto de 1498, a primeira de 1.500 similares, fundadas em Portugal e nas terras de seus domínios ou colonização. No Brasil, cerca de 300 Instituições surgiram no período da dominação lusitana. Só em Colônias Portuguesas tais Irmandades foram criadas, levando ao pensamento que “as Misericórdias teriam sido, portanto, organizações tipicamente portuguesas” (FRANCO; STIGGER, 2003, p. 15). Teve início em 1826 o hospital da Instituição, ainda em condições precárias e passando dificuldades no período da rebelião, só ficando pronto no ano de 1844, sendo ainda o Hospital Beneficência Portuguesa inaugurado em 1854.

Outra vivência da época em foco foi o local de sepultamento dos falecidos. O primeiro Cemitério da cidade ocupava o terreno atrás da Igreja Matriz, num declive acentuado, entre as Ruas Espírito Santo e a Fernando Machado, que logo esgotou sua capacidade de abrigar sepulturas. Sendo utilizada a área um pouco afastada do hospital da Santa Casa para os condenados, logo foi usada para inumações comuns, em 1826. O governador e a própria Misericórdia trataram de buscar outro lugar mais afastado do centro, para melhorar as condições sanitárias do local. A área rural, Alto da Azenha, entre a estrada do Mato Grosso (hoje Av. Bento Gonçalves) e a estrada de Belém (Av. Prof. Oscar Pereira) foi escolhida, e em 1844 iniciou-se a preparação para receber sepulturas, ficando pronto em 1850.

O Arcipreste Thomé Luiz de Souza alistou-se entre os irmãos da Misericórdia, sendo admitido na Irmandade a 24 de agosto de 1844, aos 73 anos de idade, com registro de assento “número 363 do Livro 1 Índice dos Irmãos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre”, como mostra a figura abaixo. Era um momento de muitas atribulações na Instituição e na cidade por ocasião da Revolução Farroupilha, em que a Santa Casa passou dificuldades em vários setores, mas a partir desta começou um novo tempo de trabalhos sociais junto aos desvalidos da sociedade, com aumento de verbas vinda dos provedores da Instituição, das loterias criadas para tal e do governo da Província. Houve aumento da parte física dos prédios, o término da construção e a inauguração do Hospital e da Casa da Roda, com o auxílio aos expostos.

**Figura 6** – Assento do Livro Índice dos Irmãos da Santa Casa de Misericórdia.



Fonte: CHC. Livro dos Irmãos 1. Foto do Documento: Katia M. Matusiak.

Para os bens que restassem com a sua morte, o Padre Thomé deixou um documento de Testamento, registrado no Livro 31 de Registros de Testamentos, folha 142, do Cartório da Provedoria de Porto Alegre, na data de 25 de julho de 1857<sup>33</sup>, onde se pode observar o nome dos herdeiros; todas mulheres, suas sobrinhas; dona Emilia Mathildes Flores Cardia; dona Marianna Amelia de Souza; dona Anna Elizia Cardia; dona Justa Justinianna de Souza e Thereza de Jesus Cardia Taborda , tendo como testamenteiro o senhor Antônio José Pedrozo<sup>34</sup>.

<sup>33</sup> Documento existente no APERS, Provedoria. N 1488, M65, E6, Cx.234.

<sup>34</sup> A transcrição do documento na íntegra está no apêndice H.

Dentre os poucos bens arrolados em listagem que foram avaliados e divididos aos herdeiros, havia uma escrava de nome Alvara que foi liberta logo após a morte do padre Thomé, seguindo o pedido do Testamento. Havia também uma parte da casa em que morava com a família e 1/3 do terreno da residência que fora dividido e repassado na Partilha de Bens. Os registros que remetem ao local de residência do padre citam a rua Formosa no ano de 1795 no documento de Confissão de Patrimônio e a rua da Igreja nos papéis de Testamento de 1857, que sugerem a mesma rua atualmente chamada Duque de Caxias, mas sem poder precisar o lote em particular.

O Reverendo Thomé Luiz de Souza veio falecer no dia 14 de dezembro de 1858, aos 88 anos de idade, às 7 horas da manhã de uma terça-feira, seis meses depois do 1º Bispo do RS, Dom Feliciano; possivelmente de breve moléstia no entender dos documentos, pois os custos das medicações foram pagos ao Boticário Fermiano Antonio de Araujo pelo Testamenteiro e Inventariante Sr. Antonio José Pedrozo, na data de 14 de fevereiro de 1859, na “conta das despesas com o funeral”<sup>35</sup>, no valor de 13 mil e setecentos e sessenta réis.

A idade avançada do Vigário ao falecer denota boa saúde de modo geral, pois há documentos com sua assinatura até o ano de 1854, aos 84 anos. E eram tempos de muitos óbitos em tenra idade, doenças infecciosas, “gastro enterites”, “enterite aguda”, “cólera epidêmica”, “inflamação” “bronchites”, “pneumonia” e “tuberculose”<sup>36</sup> entre outras mais comuns percebidas nos registros de óbitos, além da varíola, que a essa época já havia movimentação com a vacina, mas levou muitos ao decesso. Em 1855/56 houve uma epidemia de cólera-morbo que congestionou o cemitério da Azenha há pouco tempo aberto. O próprio padre Luiz Manuel Gonçalves de Brito, que sucedeu ao padre Thomé, faleceu de “phtisi laringiana” (BALÉN, 1941, p.36) (uma espécie de tuberculose) com apenas 33 anos.

A encomendação do corpo do padre Thomé foi realizada pelo Vigário José Ignácio Carvalho e Freitas segundo o registro no Livro de Óbitos do AHCMPA, assim como as vinte missas em favor do próprio Thomé, conforme pedido em testamento, no valor de quarenta mil réis ao todo, pagas a este padre. As dez missas pela alma dos pais de Thomé foram realizadas pelo padre Luiz Manoel Gonçalves de Brito, também conforme testamento, onde este recebeu o valor de vinte mil réis, como esta

---

<sup>35</sup> Conforme documento Dossiê, fl.51. APERS. Nº 234, Mº 14.

<sup>36</sup> Conforme Livro de Óbitos, p. 8, 33, 57, 62, 73 do AHCMPA.

no recibo de dia 18 de maio de 1859 (DOSSIÊ AUTOS DE INVENTÁRIO, p. 62 v. e p. 64).

Segundo o Livro de Óbitos da Santa Casa, o sepultamento se deu na “Misericórdia”, entre muros, na entrada do Cemitério em sepultura especial, no dia 15 de Dezembro. O Cemitério entre muros é a parte central do que vemos atualmente, logo à entrada do Portal com inscrição em Latim. Nos anos 1948/50 foram realizadas obras de ampliação e melhorias no Cemitério, e foi construída a Capela de São Francisco, onde ao lado, no Panteón, situa-se o local dos nichos das personalidades de destaque da cidade de Porto Alegre, e onde estão atualmente os despojos do padre Thomé Luiz de Souza em um nicho superior do lado esquerdo.

Para registrar a morte do Cônego e ex-membro da Casa, a Assembleia Legislativa da Província fez publicar nota no periódico “O Conciliador” do dia 16 de dezembro de 1858. Exalta as qualidades humanísticas do padre e diz ter sido “[...] espontânea hoje a reunião de seus dignos membros à sua encomendação [...]”<sup>37</sup>, onde lamentam a perda do ilustre pároco, professor e parlamentar, digna personalidade da cidade de Porto Alegre.

O terreno defronte à Igreja Nossa Senhora das Dores a beira da rua da Praia, até 1857 era conhecido como Pelourinho e esse ano foi o último dos sacrifícios naquele local. Foi então concedida à Igreja pelo governo na condição de que se fizesse ali um cais. O próprio governador conseguiu as pedras para amurar o local. Mais adiante, o exército solicitou um trecho para guarda de materiais de guerra. Entre 1869 e 1873 foi construída a grande escadaria de acesso à Igreja. Com os aterros continuados surgiu mais uma rua, hoje sete de setembro; e na década de 1910 a 20, a região foi prolongada até a Avenida Mauá.

Conforme o padre Papen (1979, p.38), “pelo ano de 1922, a Igreja das Dores teve que ceder o terreno em questão ao Governo do Estado para ser parte integrante da [...] Praça Padre Thomé”.

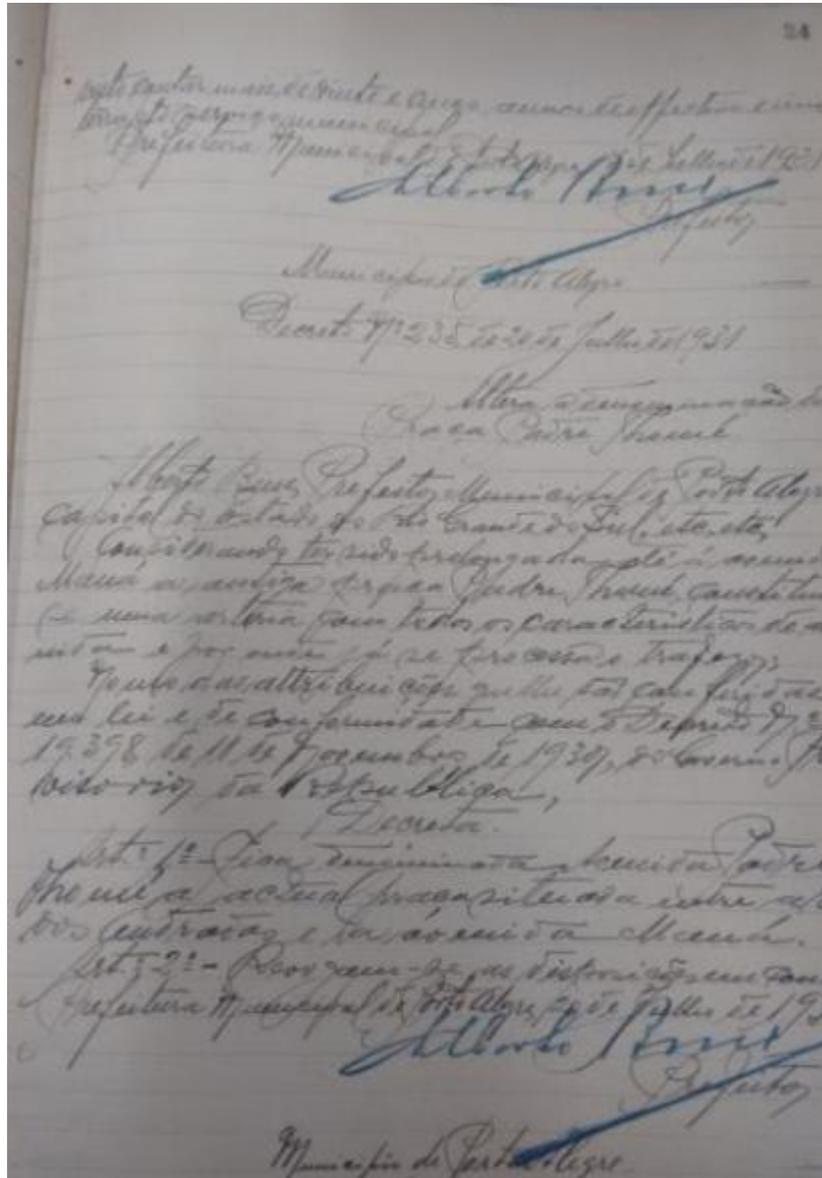
Reconhecendo o tráfego no local com ares de avenida, o Prefeito da cidade de Porto Alegre, Alberto Bins (1869-1957), alterou o nome de Praça para Avenida Thomé

---

<sup>37</sup> Periódico pertencente ao acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa. A fotografia do jornal está disponível no anexo A.

Luiz de Souza pelo Decreto Municipal <sup>38</sup> de 20 de julho de 1931, com se pode ver na figura abaixo.

**Figura 7** – Documento: Decreto nº 235, de 20 de julho de 1931.



Fonte: AHPAMV. Foto do local.

A atual avenida padre Tomé se estende das escadarias da Igreja das Dores até a Avenida Mauá, é uma avenida com canteiro central arborizado entre os prédios do Exército Brasileiro, do Comando Maior do Sul e do Tribunal de Contas do Estado do RS, sendo interseptada pelas ruas dos Andradas (antiga rua da Praia), rua Sete de

<sup>38</sup> Documento existente no AHPAMV. Atos do Prefeito V.692 A p. 24. Porto Alegre. DECRETO Nº 235, de 20 de julho de 1931.

Setembro e a rua Siqueira Campos, terminado na avenida Mauá, murada circundante do rio Guaíba. Existe uma placa no prédio do exército junto à esquina da rua Sete de Setembro com a inscrição Avenida padre Thomé como se apresenta na figura seguinte.

**Figura 8** – Placa da Avenida Padre Thomé em frente à Igreja N. S. das Dores.



Foto do local por Katia M. Matusiak.

Os dados encontrados sobre o Reverendo Cônego Thomé Luiz de Souza dão conta de que o clérigo era um membro atuante em seu tempo, tanto na Igreja como no governo civil e bem presente na sociedade local e regional, pois em vários documentos e citações bibliográficas ele figura como ponto de referência. Exemplos disso verificou-se na menção de ser bom professor de latim e manter uma Escola, talvez de outras matérias; de receber em sua casa alguns jesuítas que saíam da região dos sete povos das missões e necessitavam abrigo; de conseguir colocação de jovens no serviço da Igreja até poderem trilhar caminhos de outros estudos. Segundo Alexandre de Oliveira Karsburgo (2014, p. 22), sobre o monge João Maria de Agostini<sup>39</sup> considerado um *monge santo*, “[...] o general mandou o sujeito ao padre Thomé Luiz de Souza [...]” que encaminhou o mesmo à região de Santa Maria da Boca do Monte, entre outras citações.

---

<sup>39</sup> História completa no trabalho de Alexandre de Oliveira Karsburgo, 2014.

Apesar disso não havia uma sequência de relatos que contemplasse toda essa dimensão individual do padre. A Biografia não se completa aqui, mas dá uma ideia melhorada do universo simbólico da atuação da autoridade eclesiástica e da representação social do momento em estudo. É uma contribuição na construção de memória da Igreja e da sociedade Porto-alegrense do século XIX.

## 5 OS TRAÇOS DA BIOGRAFIA NOS ARQUIVOS PESQUISADOS

Foram encontrados documentos assinados pelo padre Thomé no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA), nos registros cotidianos da Igreja, como batizados, óbitos e outros. No decorrer da pesquisa foram localizados os documentos de *Genere, Vita et Moribus e Patrimônio*, que demonstram as tratativas iniciais para ordenação de Thomé Luiz de Souza. Ainda neste arquivo encontraram-se livros com referências ao padre. No andar da pesquisa foi encontrada a existência de um irmão mais novo do padre, que indicou ele ter nascido no Rio de Janeiro e falecido em Porto Alegre em 1800. Embora os documentos mais antigos datem de 1747, muitos se perderam, e da época do padre Thomé são pouco numerosos, mas significativos e demonstram bem sua atuação na Igreja no período inicial da organização da cidade em que o vilarejo tomava forma de cidade. Além disso, todas as estruturas da Capela do Espírito Santo e da antiga Igreja Matriz eram pequenas construções que deram lugar a partir 1920 para a nova Catedral imponente que conhecemos hoje. Em 1929 foi concluída a cripta, em 1986 a Catedral estava pronta.

No Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul (AHRs) existem documentos de uma parte administrativa da Igreja. São correspondências entre o pároco e os governantes do Estado, desde prestação de contas de despesas com a parte física da igreja, como telhas, areia e ferro para os reparos necessários, até gastos com festividades oficiais da paróquia, *te deum* e contrato de música. Também foram vistas informações sobre o encaminhamento das provisões aos padres do interior que necessitavam de ajuda. Alguns documentos mostram a intervenção do padre Thomé em desavenças nas diversas paróquias sob seus cuidados e o cumprimento de pedidos dos governadores em ofícios, como as providências de um novo cemitério para a cidade fora do terreno da Igreja; e o Regimento do Cemitério datado de 03 de Novembro de 1848. Alguns documentos são mapas estatísticos dos batismos, casamentos e óbitos da paróquia da cidade de Porto Alegre, assinados pelo padre Thomé em uma sequência de anos entre 1848 a 1853 conforme as figuras abaixo. Além disso, havia o livro sobre os deputados da Assembleia Legislativa, confirmando dados já vistos em outros acervos.

Figura 9 – Mapa estatístico das paróquias de 22-08-1848.

*Mapa estatístico das paróquias de 22-08-1848*

Paróquia	Barragem			Paróquia						Aldeia					
	Almas	Almas	Almas	Almas	Almas	Almas	Almas	Almas	Almas	Almas	Almas				
Paróquia de São João do Rio de São João	37	1	77	62	57	53	50	116	5	40	17	59	96	98	
Paróquia de São João do Rio de São João	16	-	-	46	31	51	66	30	35	17	23	21	27	40	61
Paróquia de São João do Rio de São João	9	-	-	10	12	3	2	21	5	5	5	6	3	10	5
Paróquia de São João do Rio de São João	13	1	-	20	18	0	9	29	17	13	0	7	2	21	13
Paróquia de São João do Rio de São João	15	4	-	27	11	31	16	61	52	10	14	1	2	20	3
Paróquia de São João do Rio de São João	27	-	-	10	52	15	1	112	20	9	3	-	1	12	1
Paróquia de São João do Rio de São João	2	-	-	11	10	1	0	31	9	4	3	-	-	7	-
<b>Total</b>	<b>99</b>			<b>627</b>	<b>219</b>	<b>710</b>		<b>183</b>	<b>154</b>	<b>337</b>					

*Os dados da Terc. das Almas desta paróquia, são embasados nos dados fornecidos a S. P. de São João do Rio de São João. De as Terc. de São João do Rio de São João, são embasados nos dados fornecidos a S. P. de São João do Rio de São João. Inspeções feitas a pedido da Comissão de São João do Rio de São João de 1848.*

*O Sr. Thomaz Luiz de Souza.*

Fonte: AHRS. Foto: KatiaMMatusiak

Figura 10 – Mapa estatístico da paróquia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre (1º e 2º semestres de 1855).

**MAPPA dos Baptismos, Casamentos e Obitos que tiverão lugar na Freguezia de Nossa Senhora Madre de Deus na primeira do anno de 1855. até 30 de Junho.**

Cidade de Porto Alegre Capital da Província de S. Pedro de N. S. Joazeiro de 1855. até o ultimo dia Junho do mesmo anno.	CASAMENTOS				BAPTISMOS						OBITOS				
	Livros	Libertos	Estranhos	Somma	LIVROS & LIBERTOS		Estranhos	Somma	LIVROS & OBITOS		Estranhos	Somma			
					Masculinos	Femininos			Masculinos	Femininos			Masculinos	Femininos	Libertos e Libertas
1.ª primeira Semestre de 1855	46	2			64	66	24	93		42	56	74	32	465	94
<b>Total</b>	48				430	55	480	405	56	464					

*O Parocho Thomé Luiz de Souza.*

*Em 13 de Junho de 1855*

---

**MAPPA dos Baptismos, Casamentos e Obitos que tiverão lugar na Freguezia de Nossa Sr.ª Madre de Deus da Cidade de Porto Alegre no 2.º semestre 1855.**

Não se compareceram neste tempo os obitos, porque se estava epidemica no ultimo e meo primeiros	CASAMENTOS				BAPTISMOS						OBITOS			
	Livros	Libertos	Estranhos	Somma	LIVROS & LIBERTOS		Estranhos	Somma	LIVROS & OBITOS		Estranhos	Somma		
					Masculinos	Femininos			Masculinos	Femininos			Libertos e Libertas	Estranhos
2.ª segunda Semestre de 1855	37		2		75	55	26	32						
<b>Total</b>	37				430	57	487							

*O Vigario Thomé Luiz de Souza.*

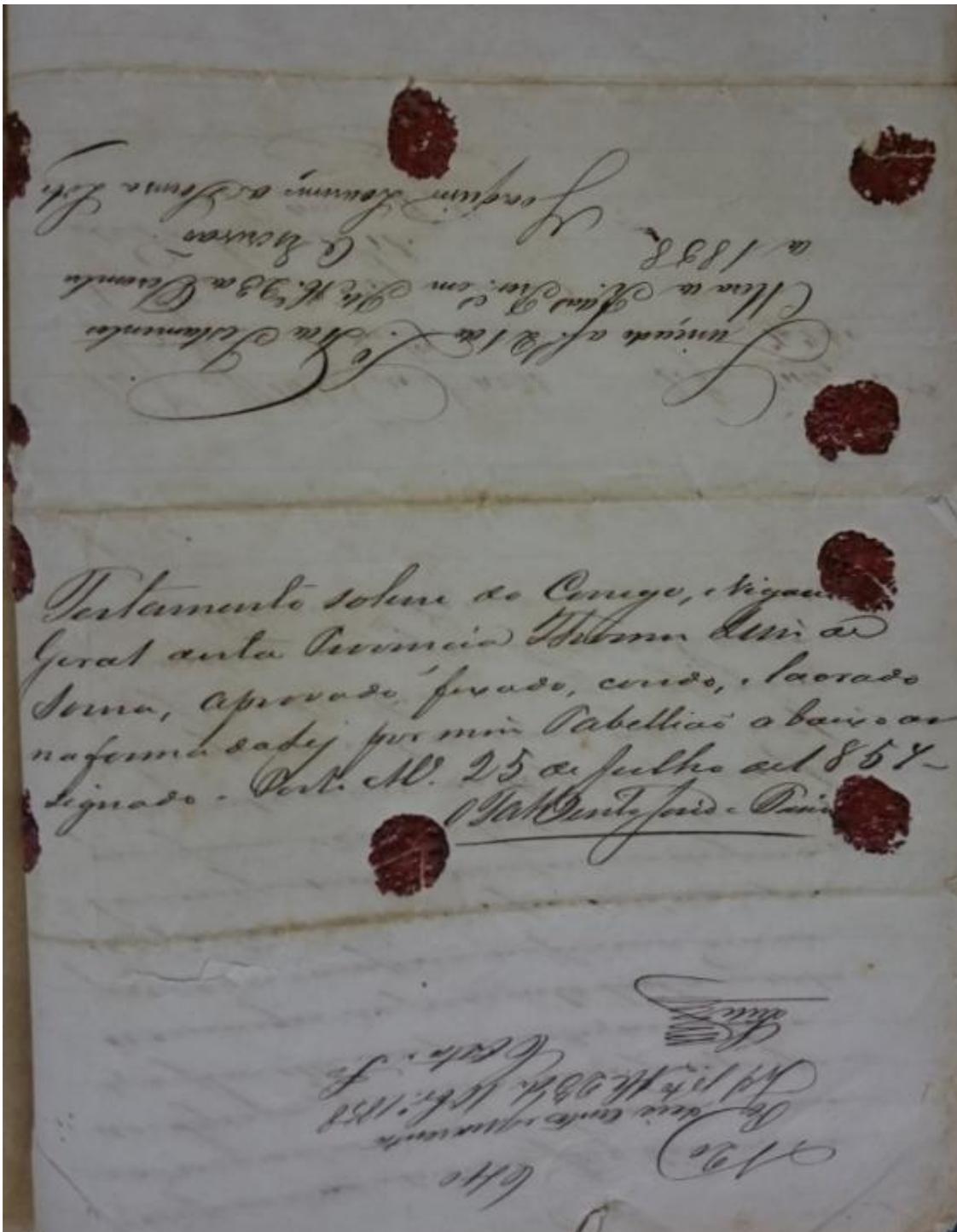
Fonte: AHRs. Foto: Katia M. Matusiak.

No Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) foram localizados Livros de Registro de Terras com termos de abertura e encerramento manuscritos e assinados pelo padre Thomé. Também foi visto o Testamento manuscrito pelo testamenteiro escolhido pelo Cônego, Antônio José Pedrozo, no ano de 1857, com a





Figura 13 – documento que continha o Testamento, aberto após a morte do padre Thomé.

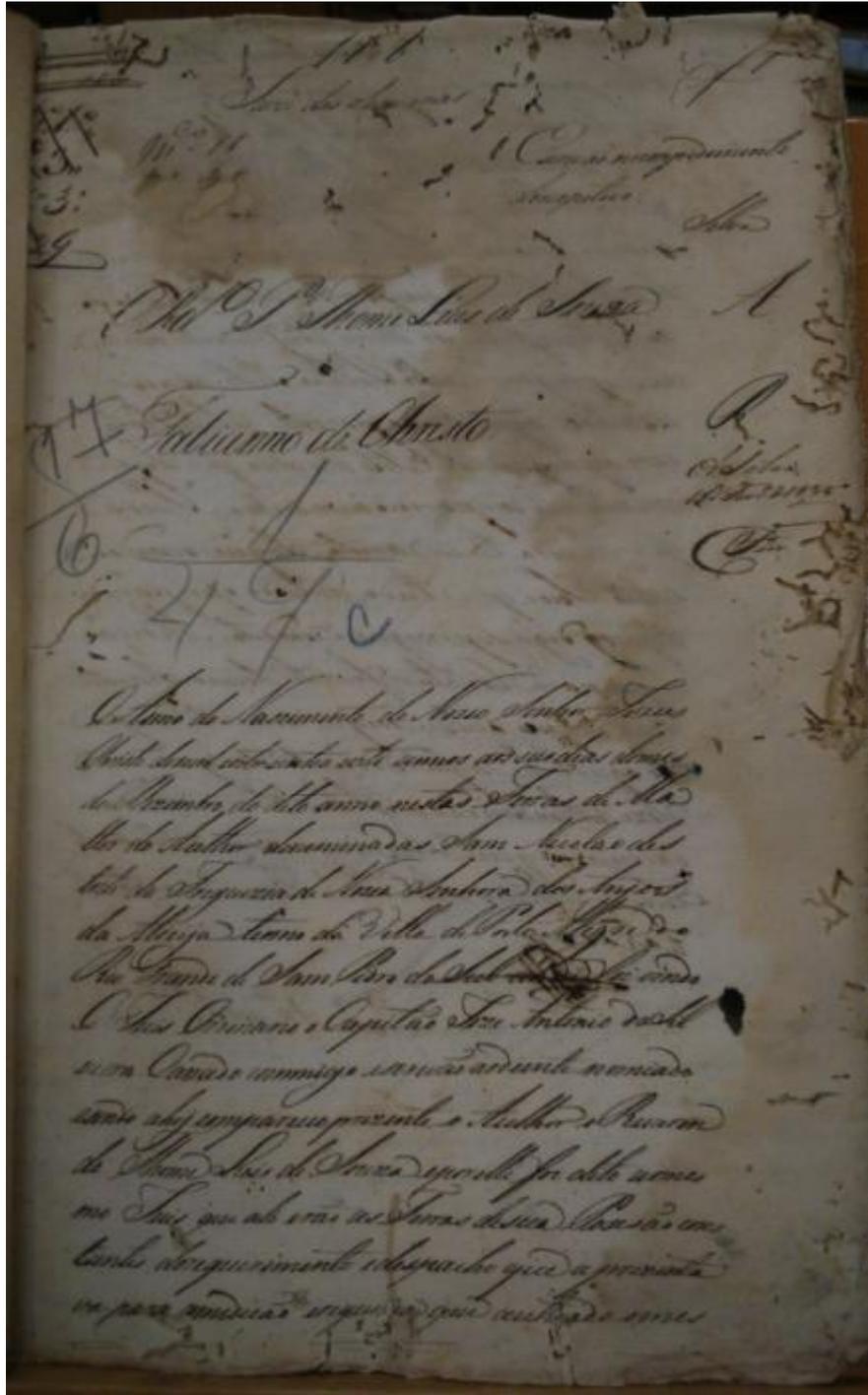


Fonte: APERS. Foto: Katia M. Matusiak.

Dentre os registros encontrados, ocorreu um pequeno Dossiê de uma ação de Medição de Terras do ano de 1808, “Terras de mattos na localidade de Sam Nicolao” no distrito da Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia, hoje Gravataí. Tal

registro menciona terras que o padre diz ser de sua posse e faz registro da mesma com a localização e metragem. O documento esta com algum comprometimento pela ação do tempo e outras circunstâncias, como se pode ver na figura abaixo, mas pode-se ler com algum esforço.

**Figura 14** – Primeira página dos Autos de Medição.



Fonte: APERS. Foto: Katia M. Matusiak.

Nos registros da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, as relações dos primeiros parlamentares ajudaram a dar face às inúmeras atividades do padre Thomé. De um nome a mais nas listas do Conselho Geral e depois da Assembleia Legislativa Estadual pode-se retirar a temporalidade do trabalho do pároco e sua participação no setor político da sociedade, de 1828 até 1848. Ainda pelos documentos e bibliografia disponíveis no Memorial do Legislativo pode-se ampliar a visão histórica do momento passado.

No Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho coube encontrar o registro original da troca de estatuto de Praça Thomé para Avenida Thomé Luiz de Souza, em 1931. Do terreno defronte à Igreja Nossa Senhora das Dores para avenida nominada em homenagem ao padre que sempre esteve ligado à história dessa Igreja.

No acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa encontrou-se o periódico “O Conciliador”, ano I, Nº 17, de dezembro de 1858, onde a Assembleia Legislativa fez registrar o passamento do Cônego Thomé Luiz de Souza. O redator do jornal era o Dr. João Antônio do Valle Caldre e Fião.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vários personagens da história da Igreja e especificamente da Cidade de Porto Alegre já foram contemplados com biografias mais ou menos consistentes até os dias atuais e muito no período "positivista" da vida sociopolítica do município e do Estado do RS.

Mas uma característica da Biografia como construção histórica é a possibilidade de acréscimos e atualizações de dados pelo descurtinamento (descobrimento) de documentos referentes às ações ou rastros da vivência de personalidades atuantes pelas revelações documentais, e os diferentes focos de abordagem do autor diante das informações e suas reinterpretações narrativas.

Sobre o Padre Thomé Luiz de Souza os registros estavam muito espalhados, algumas citações aqui outras lá, documentos a espera de serem acessados e registrados como existentes. É o caso dos documentos preparados para a ordenação a padre, "vita et moribus", patrimônio e "genere", existentes no AHCOMPA, em estado de conservação crítico pela idade de 222 anos (são de 1794), e possivelmente pelas várias situações inadequadas de guarda dos documentos no decorrer do tempo. São trasladados dos documentos lavrados no Rio de Janeiro, mas cumprem seus objetivos de serem acessados e complementarem um recorte histórico.

Essa pesquisa confirmou a vida ativa do padre Thomé no entrelaçado ambiente da época Imperial na cidade de Porto Alegre e no Estado do RS contemplando o elo histórico entre o Vigário Antônio Vieira de Soledade e o 1º Bispo Dom Feliciano José Rodrigues Prates, além de somar ao trabalho biográfico de Achylles Porto Alegre informações com base documental.

A Paleografia mostrou-se eficiente meio de leitura e conhecimento dos conteúdos documentais auxiliando a pesquisa e a busca de outros acervos, sugerindo, por conseguinte que o seu uso favoreça a Descrição e a Difusão Cultural dos arquivos.

A busca bibliográfica foi importante reveladora do modo de vida àquele período representativo da sociedade Porto-Alegrense e sua relação com o governo central. A imersão no passado trouxe reflexões sobre o papel das mulheres, da escravatura vigente, da chegada de imigrantes, das doenças e os seus óbitos e a preocupação com o cemitério longe do núcleo central da cidade. As longas distâncias das cidades

do interior e a difícil manutenção da unidade administrativa eclesiástica e os desafios do governo civil.

A História Oral permeia boa parte das fontes bibliográficas, uma vez que as qualidades auferidas ao padre Thomé foram registradas como impressões conhecidas e possivelmente usadas como hábito na referência ao indivíduo e, concordando com Bruno Cesar Eufrázio Mello (2010, p.171) “existem memórias de situações vividas que documentos oficiais não registram”, daí as expressões como “[...] santo e sábio sacerdote [...]” (PAPEN, 1979, p.12); “[...] benquisto e aceito por todos [...]” (BALÉN, 1941, p.360); “[...] a pérola do Clero Porto alegreense [...]” (RUBERT, 1994, p. 53); “[...] prestimoso Cônego [...]” (BALÉN, 1941, p. 92); e “[...] um clérigo com muito prestígio pessoal [...]” (FRANCO, 2004, p.18), entre outras.

Embora todas as precariedades do momento, pode-se observar a movimentação cultural pela busca de estudos tanto pelos padres como pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre, que em 1838 determina que se encontre uma casa para o Professor de Língua Francesa Vasco Alves de Oliveira abrir a sua aula. Em 1839, “mandam fornecer atestado de efetividade a um Professor de Latim”, e o Presidente da Província pede em ofício para que a Câmara “providencie uma casa para abrigar a nova aula de Primeiras Letras, assim como o Professor nomeado” (TOSON, 1998, p. 58).

Durante a Revolução Farroupilha houve uma pequena freada no desenvolvimento da cidade, escassez de víveres à população quando a capital ficou sitiada, doenças e outras dificuldades, mas os papéis sugerem também movimentação para superar o período. Depois da pacificação muito foi construído e organizado projetando o início da república e final do Império. E no falar de Francisco Riopardense de Macedo (1990, p.11) “[...] o rio-grandense é brasileiro por opção [...] é um tipo de brasileiro que lutou para sê-lo [...]”.

Esta busca foi muito interessante e despertou maior elo de compreensão e posso dizer que de afeto à cidade, pela trajetória percorrida em seus primeiros tempos. A construção do cotidiano das pessoas com suas dores, lutas, conquistas, crenças, desafios, interesses, vitórias, fatos apenas vividos.

A cada documento lido ou uma transcrição feita era um mergulho na fresta do tempo para tentar perceber a atmosfera do momento, a informação tentando ser uma representação social.

A Descrição Arquivística é uma forte aliada das pesquisas e das biografias em especial por oferecer mais opções àquele que busca vestígios para construir histórias. Neste trabalho houve alguma dificuldade de encontrar alguns documentos durante a linha de buscas, pois faltaram dados, palavras chaves ou algo como *finding aid* para seguir os rastros, o fio condutor teve interrupções que se refletem no bojo da historificação desta “vida”. Os Instrumentos de pesquisa advindos da descrição possuem na biografia mais um auxílio na referência aos acervos arquivísticos, facilitando o trabalho do pesquisador.

A Arquivística quando bem realizada valoriza os arquivos e os acervos documentais, possibilitando a construção da história e da memória social da comunidade em que se insere.

Alguns arquivos já estão utilizando o Arquivista como agente de melhoria das Instituições arquivísticas, enquanto em outros a situação é precária, há dificuldade do acesso aos documentos e pouco diálogo com o pesquisador. Outros ainda estão sofrendo abandono de gestão em conservação e proteção ao local físico e do acervo de que têm posse e guarda. Embora exista toda a legislação Arquivística em boa estrutura, ainda há muito trabalho a ser feito.

Somos um "arquivo vivo" uma vez que, de nossas atuações na sociedade, fiquem registros preservados em alguma forma documental. Percebeu-se no decorrer das buscas documentais e coleta de dados que a ação do “[...] arquivista permite às sociedades atravessarem o tempo” (DELMAS, 2000, p. 93).

Se houverem registros e Arquivos, a história continuará.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AITA, Carmen; AXT, Gunter; ARAUJO, Vladimir (Org.). *Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.
- A REENCARNAÇÃO. Revista da Federação Espírita do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FERGS, ano XXV, nº 3, 1958.
- AURÉLIO, Buarque de Holanda Ferreira. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986.
- BALÉM, Mons. Dr. João Maria. *Primeira Paróquia de Porto Alegre, 1772-1940*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1941.
- BARROS, Dalmiro da Motta Buys. *Colônia de Sacramento*. Vol. I. Batizados, Casamentos e Óbitos – 1690-1777. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho Usina de Letras, 2012. 476 p. ISBN: 978-85-64298-61-3.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2ª ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de Paleografia e de Diplomática*. 3ª ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008. 128 p.
- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p.203-233.
- CAMPOS, Vanessa Gomes. *Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre: Levantamento Documental e Análise Tipológica para a Reestruturação do Quadro de Arranjo*. Relatório de Estágio do curso de Arquivologia da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- CUNNINGHAM, Adrian. O Poder da Proveniência na Descrição Arquivística: uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISSAR (CPF). *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 77-92, jan./dez. 2007.

DELMAS, Bruno. Tradução Danielle Ardaillon. *Arquivos para quê? Textos escolhidos*. São Paulo: IFHC, 2000.

DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão Freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: Escrever uma Vida*. Tradução Gilmar César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da USP, 2009. 440 p.

DOUGHTY, Arthur. *Dominion Archivist Canada, 1860-1936*. Arquivista do governo do Canadá. Frase proferida em discurso no ano de 1916. Informação verbal da professora Ana Regina Berwnger no primeiro dia de aula, do 1º semestre de 2010.

FRANCO, Sérgio da Costa; STIGGER, Ivo. *Santa Casa 200 anos. Caridade e Ciência: Crônica Histórica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2003.

FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória & a problemática da pesquisa*. 2ª ed. Passo Fundo: Ed. UPF, 2004. 96 p.

JARDIM, José Maria. A Invenção da Memória nos Arquivos Públicos. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, 1995.

KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. 4ª Ed. Porto Alegre: Ed. Leitura XXI, 2011.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. 5ª ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2010.

MACEDO, Francisco Riopardense. *Rossetti e a Imprensa Farroupilha*. Porto Alegre: CORAG, 1990.

MIRANDA, Márcia Eckert. MARTINS, Liana Bach. *Capitania de São Pedro do Rio Grande: correspondência do Governador Paulo José da Gama 1808*. Porto Alegre: CORAG, 2008.

NEIS, Ruben Mons. *As sepulturas dos Bispos de Porto Alegre*. Separata de Guia da Arquidiocese de Porto Alegre. Porto Alegre: Cúria Metropolitana de Porto Alegre, 1986.

PAPEN, C. J. *Igreja de Nossa Senhora das Dores: resumo histórico*. Publicação da Paróquia das Dores. Porto Alegre: Planus Artes Gráficas, 1979.

PORTO ALEGRE, Achylles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. 2ª Ed. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1917. p.16-19.

RAMOS, Maria Beatriz Cunha. *Igreja das Dores: Importância Histórico-cultural para a cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: Pallotti, 1989. 143 p.

RICHTER, Eneida Izabel schirmer; SCHWARZBOLD, Karin Christine; LOPES, Ana Lúcia Machado. *Registro de Batismos (1814-1822): contribuição à História Social de Santa Maria*. Porto Alegre: Ed. Evangraf, 2005.

ROCHE, Jean. *L'Administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847*. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 1961. 293 p.

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: Época Colonial (1626-1822)*. Vol. I. Porto Alegre: Ed. da PUCRS, 1994.

SCHELLENBERG, Theodoro R. *Documentos Públicos e Privados: Arranjo e Descrição*. Rio de Janeiro: FGV. 1980.

\_\_\_\_\_. *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6ª edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

SCHMIDT, Benito Bisso. Jacques Le Goff e a História do cotidiano. In: *Biblos*. Rio Grande: Ed. da FURG, v. 5, 1993.

\_\_\_\_\_. A biografia histórica: o "retorno" do gênero e a noção de "contexto". In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). *Questões de teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.

TOSON, Berenice Ana; CASTANHO, Maria Regina Gandolfi; MACHADO, Sônia (Pesq.). *Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre; 1836-1845*. V. VIII. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre, 1998. 203 p.

WAGNER, João B. S.; FORTES, Amyr Borges. *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1963. 495 p.

XAVIER, Regina Célia Lima. O desafio do trabalho biográfico. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos et al (Org.). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

## FILMOGRAFIA

THE FINAL CUT. Direção e roteiro de Omar Naim. Produção de Michael Burns, Marc Butan, Guymon Casady et al. EUA, Canadá, Alemanha: Lions Gate Entertainment, 2004. 95 min, son., color.

## WEBGRAFIA

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A memória nacional em microfilme*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, Caderno B, 08.02.1979. p. 5. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19790208&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 06 de novembro de 2016.

ARQUIVO NACIONAL BRASIL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Publicação Técnica n. 51. Rio de Janeiro, 2005. 232 p. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Diccion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: abril 2016.

ARQUIVO Público do Estado de São Paulo. *Seção Ação Educativa: Difusão*. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/difusao>>. Acesso em: 26 de maio de 2016.

BLUTEAU, RAPHAEL. *Vocabulário Portuguez & Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712/1828. Primeiro Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/>>. Verbetes disponíveis em: <[http://200.144.255.59/catalogo\\_eletronico/imagemVerbetes.asp?Verbetes\\_Codigo=1320&Setor\\_Codigo=11](http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/imagemVerbetes.asp?Verbetes_Codigo=1320&Setor_Codigo=11)>. Acesso em: 12 de outubro de 2016.

BERTO, João Paulo. *As especificidades das Bibliotecas e Arquivos eclesiásticos no Brasil: apontamentos históricos para uma política de gestão integrada*. S/l: 2012. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=429>>. Acesso em: 03 de abril de 2016.

BRASIL. Decreto n. 1.318 – lei n. 601, de 30 de janeiro de 1854. *Da Repartição Geral das Terras Publicas*. Rio de Janeiro, 1854. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Historicos/DIM/DIM1318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM1318.htm) > Acesso em: 26 de junho de 2016.

BRASIL. Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991. *Lei dos Arquivos*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)>. Acesso em: 15 de maio de 2016.

BRASIL. Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1850. *Dispõe sobre as terras devolutas do Império*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)>. Acesso em: 26 de junho de 2016.

CARTA Circular: A função pastoral dos arquivos eclesiásticos. Reprodução da versão portuguesa publicada na Cidade do Vaticano, Palazzo della Cancelleria: imp. Instituto Gráfico Editoriale Romano, s./d. p. 297. Disponível em: <[www.ft.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/CEHR/Gru/arquiv/CartaCircular.pdf](http://www.ft.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/CEHR/Gru/arquiv/CartaCircular.pdf)>. Acesso em: 03 de abril de 2016.

CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas: Reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: UEPA, 1ª edição em 1888. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/leiturasdacidade/oqler.php>>. Acesso em: 15 de maio de 2016.

FRANCO, Sérgio da Costa. *A Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul (1835-1889)*. Crônica Histórica. 170 anos do Parlamento Gaúcho. Porto Alegre: CORAG, 2004. Disponível em: <[http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=7rql\\_XHGwSA%3D&tabid=3101&language=pt-BR](http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=7rql_XHGwSA%3D&tabid=3101&language=pt-BR)>. Acesso em: 05 de junho de 2016.

ISSAR (CPF). *Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias*. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/ISAAR%20Brasil%20final.pdf> >. Acesso em: 26 de maio de 2016.

JUNIOR, José Petrúcio de Farias. Biografia e historiografia: contribuições para interpretação do gênero biográfico na Antiguidade. *Revista Espaço acadêmico*, Maringá, n. 68, janeiro de 2007, ano VI. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/068/68fariasjr.htm>>. Acesso em: 02 de abril de 2016

KARSBURGO, Alexandre de Oliveira. *Atrajetória de um eremita peregrino na América católica do século XIX*. Debates do NER, Porto Alegre, ano 15, n. 25, p. 17-71, jan./jun. 2014. Disponível em: <[www.seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/download/49735/31101](http://www.seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/download/49735/31101)> Acesso em: 02 de novembro de 2016

LOPES, Cléo Belício. *Descrição Arquivística: Diferenças e Divergências Terminológicas sobre os Instrumentos de Pesquisa*. 2009, 177 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009. Disponível: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22751/000740203.pdf>>. Acesso em: 26 de maio de 2016.

MELLO, Bruno Cesar Eufrasio de. A cidade de Porto Alegre entre 1820 e 1890: As transformações físicas da Capital a partir das impressões dos viajantes estrangeiros. 2010, 213 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26719/000758195.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 de outubro de 2016.

MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. Os defeitos e os maus costumes: perfil(s) do clero no bispado do Maranhão setecentista. IN: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA-AMPUH. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: julho, 2011. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/ISAAR%20Brasil%20final.pdf>>. Acesso em: 03 de abril de 2016.

PEREIRA, Antonio Marcos. Biografia Literária: Duas tradições. *Outra travessia*, Florianópolis, SC, n. 14, UFSC, 2º semestre 2012, p.37-48. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/download/.../24825>>. Acesso em: 02 de abril de 2016.

PORTO ALEGRE. Decreto n. 235, de 20 de julho de 1931. *Altera a denominação da Praça Padre Thomé*. Atos do Prefeito. Porto Alegre, v. 692 A, 1931, p. 24. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/1931/23/235/decreto-n-235-1931-altera-a-denominacao-da-praca-padre-thome>> Acesso em: 12 de outubro de 2016.

RIO GRANDE do Sul. *Eleitos em 1835 para a primeira Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, 1835. Disponível em:

<<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/PesquisasHist%C3%B3ricasPrimeiraLegislatura/tabid/3464/language/pt-BR/Default.aspx>>. Acesso em: 05 de junho de 2016.

RIO GRANDE do Sul. *Listagem das Mesas Diretoras 1835-1889*. Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Disponível em:

<[http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Mesa\\_Diretora\\_1/tabid/3678/language/pt-BR/Default.aspx](http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Mesa_Diretora_1/tabid/3678/language/pt-BR/Default.aspx)>. Acesso em: 05 de junho de 2016.

RIO GRANDE do Sul. *Presidentes do Parlamento*. Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, s/d. Disponível em:

<<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Informa%C3%A7%C3%B5esParlamentares/Presidentes/tabid/3458/Default.aspx>>. Acesso em: 10 de novembro de 2016.

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p.98-118, jan./jun. 2015, p.98-118. Disponível

em:<<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/95/55>>. Acesso em: 26 de maio de 2016.

SANTOS, Cristian José oliveira. *Diagnóstico dos Arquivos das Primeiras Dioceses Católicas Brasileiras (1551-1854)*. Baseado em capítulo da dissertação de Mestrado. Brasília: UNB, 2005. Disponível em:

<<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiencib/paper/viewFile/2569/1699>>. Acesso em: 03 de abril de 2016.

SOUSA, Cíntia Guimarães Santos. Biografia de Artista: revisão crítica do método biográfico e a noção de artista-arquivista. In: I SEMINÁRIO DE PESQUISA DA PÓS-

GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA. *Anais do I Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História* [recurso eletrônico]. Universidade Federal de Goiás, Universidade Católica de Goiás. Goiânia: Ed. da UCG, 2008. Disponível em:

<[https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/13\\_CintiaSousa\\_BiografiaDeArtista.pdf](https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/13_CintiaSousa_BiografiaDeArtista.pdf)>. Acesso em: 02 de abril de 2016.

## ARQUIVOS PESQUISADOS: FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul - (AHRs)  
Fundo Documental - Guia: Assuntos Religiosos (AR)

Maço 13, cx. AR 06 Thomé Luiz de Souza.

Maço 14, cx. AR 07 Correspondência de TLS para o Presidente da Província (1848-1849).

Maço 15, cx. AR 07 Nossa Senhora Madre de Deus.

Maço 21, cx. AR 10 NSMD Casamentos, Batizados e Óbitos (1848-1855)

Maço 29, cx. AR 14 Clero Católico (1815-1823).

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre – (AHCMPA)

Maço 185 Traslado de Autos de “Comição de Genere”

Maço 186 Traslado de Autos de Constituição de Patrimônio

Maço 187 Traslado de Autos de Diligencia de “Vita et Moribus”

Livro de Óbitos-Livro 8º de pessoas livres – período 20.08.1853- 30.08.1864

Livro de Batismos de pessoas livres- Batismos 1 - período 18.4.1840- 18.4.1843

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – (APERS)

Registros de Terras: Livros de Assentamentos Nº 29, 30,31 e 32

Cartório da Provedoria: Testamento de Thomé Luiz de Souza, ano de 1857. N-1488, M-65, E- 6, Cx- 234, p/Est. 2/137 B

2º Cartório de Órfãos: Inventário de Thomé Luiz de Souza, ano de 1859. N-234, M-14, Est. 2

1º Cartório do Cível. Ano 1808. Ação de Medição.

Arquivo Histórico da Cúria do Rio de Janeiro – (AHCMRJ)

Folha nº 42 e subsequente. Admissão na Ordem da Igreja Católica.

Arquivo Histórico do Centro Cultural Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre – (CHC)

Livro de Óbitos Livres nº 4 – Coleção A- p.43 v- Registro 5737

Livro de Óbitos Livres nº 4- Coleção B- p.36 v- Registro 5738 (escritório do Cemitério)

Livro Índice dos Irmãos da Santa Casa de Misericórdia 1- Registro Nº 363 de 24/08/1844

Livro de Atas 6º, 1850-1853.

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho – (AHPAMV)

Atos do Prefeito V.692 A p. 24 Porto Alegre.

GUIA Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Porto Alegre: AHPAMV, 2009. 2ª Ed.p.10-11.

Museu da Comunicação Hipólito José da Costa- Porto Alegre

Seção Periódicos- “O Conciliador” Anos 1858- 1859

## GLOSSÁRIO

**ARQUIDIOCESE:** diocese cujo líder é o arcebispo, chamado metropolitano quando se tratar de uma província eclesiástica.

**ASSENTAMENTO:** documento diplomático testemunhal de assentamento ou comprobatório, horizontal. Registro de um compromisso passado em livro próprio (códice). Se feito a partir de declaração, é de assentamento; se feito a partir de cópia certificada de um ato, é comprobatório. Foi usado, na prática jurídica colonial, no sentido de termo, de contrato (BELLOTTO, 2008. p.35).

**AUTO:** documento diplomático testemunhal de assentamento, horizontal. Relato pormenorizado de um acontecimento com a finalidade, em geral, de conduzir um processo a uma decisão (*auto de abertura de testemunho, auto de partilha*) ou um infrator a uma sanção (*auto de infração, auto de flagrante, auto de corpo de delito*) (grifos da autora) (BELLOTTO, 2008.p.37).

**CÂNON:** do latim Canon, norma. São os textos disciplinares e de autoridade eclesiástica.

**CATEDRAL:** igreja matriz da diocese, havendo, portanto, o bispo que preside os sacramentos e a evangelização.

**CISMA:** na Igreja Católica é uma separação da unidade de fé, é a desobediência dos que por alguma opinião ou doutrina se separam do comum dos católicos (BLUTEAU, p.329).

**CÔNGRUA:** benefício para sustentação (BLUTEAU, 464).

**CÔNGRUO:** termo do Direito Canônico. São os dízimos pagos aos Curas para seu sustento. Porção cônica, cônica sustentação (BLUTEAU, 464).

**CÚRIA:** órgãos e pessoas que colaboram com o bispo. Também pode se chamar os edifícios que acolhem as atividades de auxílio ao bispo.

**DIOCESE:** termo moderno para indicar o território de uma igreja particular, junto com a paróquia e outras instituições eclesiásticas, sob a autoridade do bispo. A diocese recebe o nome da cidade onde reside o bispo.

**DICASTÉRIOS:** Nomes dos departamentos do governo da Igreja. Secretaria de estado, as congregações, os tribunais eclesiásticos, conselhos, ofícios, comissões e comitês.

**ORAGO:** o Santo a que o Templo é dedicado (MORAES SILVA, p.368).

TONSURA: Cerimônia Eclesiástica estabelecida na Igreja, com orações e o corte de cabelo. É o primeiro grau para Clérigo das mãos do Bispo. Capacita para as Ordens Sacras e benefícios eclesiásticos. Quem a recebe é para de modo especial servir a deus (BLUTEAU, 201).

VIGÁRIO GERAL: delegado nomeado pelo bispo diocesano para ajudá-lo a governar a Diocese. Tem o título de Monsenhor.

## APÊNDICE – TRANSCRIÇÕES PALEOGRÁFICAS

- A. Explicação do padre Thomé, a respeito dos deveres de um Vigário idoso da paróquia de Santo Antônio, para o governador. Ano de 1834.

Fonte: Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Fundo documental: Assuntos Religiosos, Caixa AR06, Maço 13.

Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Em cumprimento ao Offício, que

hontem recebi de Vossa Excelência, passo a

lembrar ao Vigário da Freguesia de

- 5 Santo Antônio, que deve apresentar-se

aos Actos de Eleições com to-

da a decencia e gravidade,

para evitar a censura e ser

mais respeitado pelos seus Paroquia

- 10 nos. O quaes, Excentíssimo Senhor, parece que

devião desculpar certo desprezo,

que de si mesmo fazem ordina-

riamente os homens, quando chegão

a huã idade, como a deste

- 15 Sacerdote, que excede a septuage-

naria.

Deos guarde a Vossa Excelência

Porto Alegre 18 de Março de 1834

Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dezembargador Jose Mariani

- 20 Presidente da Província

O Padre Thomé Luiz de Souza

B. Prestação de contas da Igreja ao Presidente da Província (Governador do Estado à época colonial). Ano 1833/34.

Fonte: Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo documental: Assuntos Religiosos, Caixa AR06, Maço 13.

Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor Presidente

O Paroco desta Cidade, abaixo

assignado, apresenta a Vossa Excelência trez

Documentos, por onde Consta ter

5 despendido no reparo da Matriz os

241\$200réis, que recebo da Fazenda

Nacional no anno financeiro de 1833 a 34

por deliberação do Excelentíssimo José Mariani, então

Prezidente da Província. E declara

10 que dos Materiais comprados restarão

350 telhas, e 4 carroças de areia;

que vendidas produzirão 12.160réis

os quais servirão para indenizar

parte do excelso despendido no

15 mesmo reparo: o que importou

em mais 301\$160réis, como se vê

dos mesmos documentos.

Porto Alegre 3 de Dezembro de 1831

Thomé Luiz de Souza

C. Prestação de contas ao governador, das despesas com eventos da Igreja. Ano 1834.

Fonte: Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Fundo documental: Assuntos Religiosos, Caixa AR06, Maço 13.

Illustríssimo Excelentíssimo Senhor

Apresento a Vossa Excelência a conta  
da despeza, que na Matriz desta  
Cidade se fez com a Solenidade  
5 do *Te Deum* no dia septimo do  
prezente mez em cumprimento ao  
Offício de Vossa Excelência na data de  
5 do mesmo.

Deos guarde a Vossa Excelência  
10 Porto Alegre 22 de Abril de 1834

Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dezebargador Jose Mariani  
Prezidente da Província

Thomé Luiz de Souza

D. Documentos originais de Traslado do Ofício, ano de 1832, do Decreto e da Portaria de 1833 que dividiu a freguesia Madre de Deus da Cidade de Porto Alegre.

Fonte: Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Fundo documental: Assuntos Religiosos, Caixa AR 06, Maço 13.

[fl.1]

Copia do offício

Illustríssimo e Reverendíssimo Senhor = A Regencia, em Nome do Im=  
perador o Senhor Dom Pedro segundo, manda remetter a Vossa  
Illustríssima a copia incluza do Decreto pelo qual foi dividida  
5 a Freguezia da Madre de Deos, da Cidade de Porto Alegre, em  
tres Freguezias, a fim de Vossa Illustríssima lhe fazer dar a de=  
vida execução pela parte que lhe toca. Deos Guarde a Vossa  
Illustríssima Paço em dezenove de Julho de mil oito centos e  
trinta e tres = Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho = Senhor  
10 Francisco Correa Vidigal.=

Copia do Decreto á que se refere

o Offício a cima

A Regencia, em Nome do Imperador, o Senhor Dom Pedro Se=  
gundo, Tem Sancionado, e Manda que se executa a Rezolução  
15 seguinte da Assembléa Geral Legislativa, sobre Proposta do Con=  
selho Geral da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul=  
Artigo primeiro = Fica dividida a freguezia da Senhora Madre  
de Deos da Cidade de Porto Alegre em tres Freguezias a saber.Fre  
guezia da Senhora Madre de Deos, Freguezia da Senhora das Do=  
20 res, e Freguezia da Senhora do Rozario = Artigo segundo= a Fre=  
guezia da Senhora Madre de Deos terá por limites a rua dos Pec  
cados Mortaes até a de Bragança, comprehendendo os edefícios en=  
tre ambas as ruas mencionadas. Tambem lhe pertence a gente  
da Marinha e as Ilhas d'aquem de hum braço do do Guaiba, que  
25 se communica com o Rio Cahy, e segue até o dos Sinos em linha  
recta = Artigo terceiro = A Freguezia da Senhora das Dores

[fl.2 v]

compreenderá todos os edifícios da rua dos Pecados Mortaes da  
da parte do poente, desde o Riacho até o trem, e os que se achão em  
toda esta extensão até o Arzenal; devem igualmente pertencer a esta  
30 Freguezia as fazendas alem do Rio, desde o Arroio do Petim até o  
dos Ratos, pelas antigas divizas com a Freguezia do Triumpho, a=  
brangendo toda a margem occidental do Rio Guaiba desde a foz  
do mesmo Arroio dos Ratos ate o deste Rio; e bem assim as  
Ilhas que se encontrão até o largo dos Patos, Rio acima.= Ar=  
35 tigo quarto.= A Freguezia da Senhora do Rozario occupará  
o resto da Cidade, e terminará com a Freguezia da Senhora  
dos Anjos; com a de Viamão pelos limites antigos de ambas,  
e com o território cedido á Capella de Bellem. = Honorio Hermé=  
to Carneiro Leão, Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios  
40 da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio  
de Janeiro em vinte e quatro de Outubro de mil oito centos e trin=  
ta e dous, undecimo da Independência e do Imperio = Francis=  
co de Lima e Silva. = Joze da Costa Carvalho = João Braulio Mo=  
niz.= Honorio Herméto Carneiro Leão = Está conforme.= João  
45 Carneiro de Campos= Cumpra-se e Registre. Rio vinte de Julho  
de mil oito centos e trinta e tres = Monsenhor Vidigal.

Está conforme no Original.

O Padre Jose Antonio da Silva Chaves

Secretario do Bispado

E. Ofício pedindo para que se registre em livro o decreto e a portaria da divisão das freguesias. Ano 1833.

Fonte: Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Fundo documental: Assuntos Religiosos, Caixa AR 06, Maço 13.

Illustríssimo e Reverendíssimo Senhor

Remetto a Vossa Senhoria a Cópia incluza das Portaria  
e Decreto das devizoens das novas Freguezias da  
Senhora das Dores, e da Senhora do Rozario da Cidade de  
5 Porto Alegre, e juntamente os Editaes para serem  
afixados na forma das Leis, e serem depois re-  
mettidos a esta Camara. O Illustrissimo e Reverendissimo Monsenhor  
Vigario Capitaõ me Ordenou, que os remetta, e que ro-  
ga a Vossa Senhoria que fará registrar tanto a Porta  
10 ria como o Decreto nos livros compe[te]ntes das  
novas, e velha Freguezia

Aproveito esta occasião para reiterar  
os sentimentos de estima e affecto com que  
sou.

15 Vossa Senhoria

Rio de Janeiro em 3 de

Outubro de 1833

18 o Padre Joze Antonio da Silva Chaves

- F. Fundo documental: Assuntos Religiosos. Caixa AR 06, Maço 13. Gastos com música.  
Fonte: Arquivo Histórico do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Ilustríssimo e Excentíssimo Senhor

- Apresento a Vossa Excelência a conta  
da Muzica que convoquei no  
dia 7 de Septembro e a 29 de  
5 Dezembro do anno proximo tendo  
por ordem do Senhor Expresidente  
Araujo, a fim de ser ella  
Indenizada pela Fazenda Publica,  
seguindo aprachia.  
10 Deos guarde Vossa Excelência

Porto Alegre 24 de janeiro de 1837

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Brigadeiro Antero Jose Ferreira de Brito  
Presidente da Província

Thome Luiz de Souza

- G. Autos de Inventário do padre Thomé. Ano 1859. Dossiê com 150 p., aqui só a primeira página, com os nomes das herdeiras.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Nº 234, Mº 14, Est 2.- 2º Cartório de Órfãos, fevereiro de 1859.

[fl.1]

1859

Leal a Valerosa Cidade de Porto Alegre

Juizo de Orfãos Escrivão Campos

Autos de Inventario

- 5 O Reverendo Conego Thome Luiz de Souza Fallecido  
Antonio Jose Pedrozo Testamenteiro Inventariante  
Herdeiros

Dona Emilia Mathildes Flores Cardia

Dona Marianna Amelia de Souza

- 10 Dona Anna Elizia Cardia

Dona Justa Justiniana de Souza

Dona Thereza de Jezus [ilegível] [menor de 21 annos]

Anno do Nascimento de Nosso Se

nhor Jezus Christo de mil oito

- 15 centos cincoenta e nove, aos on

ze dias do mez de Fevereiro do

ditto anno nesta Leal e Valoro

sa Cidade de Porto Alegre em

audiencia Publica que aos

- 20 feitos partes e a seus Procura

dores fazendo estava nas cazas

da Camara o Doutor Juiz de Or

faos José de Araujo [Brusque]

na mesma pelo sollicitador =



[fl.2 v]

Mathildes Flores Cardia – Dona  
 30 Mariana Amelia de Souza, Dona  
 Anna Elizia Cardia Dona  
 Thereza de Jezuz Cardia e Dona  
 Justa Justiniana de Souza  
 por quem serão divi[sic]das com  
 35 igualdade os meus poucos bens.

Nomeio meus Testamentei  
 ros em primeiro lugar o Senhor  
 Antonio José Pedrozo; em segundo  
 o Senhor Ignacio Candido da  
 40 Silva e em terceiro o Senhor Major  
 João Felix da Fonseca Pereira Pinto  
 para que nesta ordem hum na  
 falta de outro sucessivamente  
 exzerção tal emcargo que lhe  
 45 rogo queirão o aceitar.

Este é um Testamento  
 e ultima vontade que he meu  
 desejo e intenção tenha per  
 feita validade e completa ex-  
 50 secução, cujo Testamento man  
 dei escrever pelo Tabellião  
 Bento José de Faria, e depois  
 de o ler e achar inteiramente  
 conforme ao que dispus  
 55 e assigno nesta Leal e Va  
 loroza Cidade de Porto Ale  
 gre Capital da Provincia  
 de São Pedro do Rio Gran  
 de do Sul aos vinte cinco  
 60 dias do mes de Julho de

[fl.3]

61 de mil oito centos cincoenta f.2  
 e sette Thome Luiz de Souza (assinatura) Faria

Testemunho que escrevj  
 o presente Testamento  
 65 a pedido do Testador  
Bento José de Faria

## Aprovação

Saibão quantos virem o presen  
 te publico emtrespente de apro  
 70 vação de Testamento que no  
 anno do Nassimento de Nosso  
 senhor Jesus cristo de mil  
 oito centos cincoenta e sete  
 aos vinte cinco dias do mes  
 75 de Julho do dito anno nesta  
 Leal e Valoroza Cidade de Porto  
 Alegre em a Rua da Igreja  
 e casas de moradia do Testador  
 o Conego e Vigario Geral des  
 80 ta Provincia Thomé Luiz  
 de Souza, onde eu Tabellião  
 fui vindo e sendo ahij por  
 elle que o reconheço pelo  
 proprio de que dou fé na pre  
 85 sença das testemunhas  
 ao diante nomeadas e assig  
 nadas me foi entregue este  
 papel dizendo que hera o  
 seu Testamento, que o havia

[fl.4 v]

90 que o havia mandado escrever  
por mim Tabellião, e assignado  
por elle de seu próprio punho  
por o achar conforme a sua  
vontade, que o havia por  
95 bem firme e valioso e que  
ria que fosse aprovado  
fexado cosido e lacrado para  
ser aberto depois da sua  
morte; e porque o mesmo  
100 Testamento se achara limpo  
sem borrão emenda entre  
linha, vicio ou coisa que  
duvida fassa, o numerei, e  
rubriquei com minha rubri  
105 ca que dei= Faria, e o aprovo tan  
to quanto aprovar posso em  
razão do meu officio e em di-  
reito me he permitido, que  
sendo lhe por mim digo esse  
110 he permitido, e em vista do  
estado do perfeito entendimen  
to em que se achava o mes  
mo Testador – e sendo lhe por  
min lido achou conforme  
115 acceita e assigna com as tes  
temunhas presentes José Ca  
bral de Mello, João Antonio  
da Rosa Filho, José da Sil  
va Bandeira, Antonio  
120 Porfirio Correa de Sousa  
e Thomaz José da Silva

[fl.5]

da Silva Rangel todos f 3  
 de maior e livres morado Faria  
 res nesta Cidade reconhe  
 125 cidas de min Bento José  
 de Faria Tabellião que  
 escrevij e assigno em pu  
 blico escrevo

Thomé Luiz de Souza (assinaturas)

130 José Cabral de Mello  
João Antonio da Roza Filho  
José da Silva Bandeira  
Antonio Porfirio Corrêa de Souza  
Thomás José da Silva Rangel

135 Como testemunho De verdade  
 O Tabellião Bento José e Faria

---

*Cumpra=se e registe=se, salvas  
 as nulhidades de direito Porto Alegre  
 14 de Dezembro de 1858*

140 Motta

#### Abertura

Aos quatorze dias do mes de Dezembro  
 de mil oito centos e cincoenta e oito, nesta  
 Cidade de Porto Alegre em dazas de  
 145 residencia do Doutor Juiz de Direito  
 do Civel e Provedor Jose Pereira da Cos  
 ta Motta onde eu Escrivão fui vin-

[fl.6 v]

fui vindo e sendo ahi por Candido Jose  
de Souza foi-lhe apresentado o pré-  
150 zente testamento, que sendo por elle  
Juiz aberto e achando o conforme  
pos-lhe o seu cumpra-se, e mandou  
que registrado fosse archivado na for-  
ma da Lei, de que para constar  
155 faço este termo em que assignou  
com o Apresentante. Eu Jose Pedro  
de Carvalho Moreira Escrivão que  
o escrevij

Candido José de Souza (assinatura)

160 Certifico que citei ao 1º testamenteiro Antonio  
Jose Pedrozo para declar[sic]-se aceita ou  
não os encargos do presente testamento,  
e me respondeu aceitava de que dou  
fé. Porto Alegre 14 de Dezembro de  
165 1858

Jose Pedro de Carvalho Moreira (assinatura)

Aceite

Aos quatorze dias do mez de Dezem  
bro de mil oito centos e cincoenta e  
170 oito, nesta Cidade de Porto Ale  
gre em meu Cartorio compareceu

[fl.7]

compareceu Antonio Jose Pedrozo, no  
 rador nesta mesma Cidade a rua  
 da Igreja, que reconheço pelo propri-  
 175 o, e por elle me foi dito aceitava  
 os encargos do presente testamento  
 para os cumprir na forma ordena  
 da pello Testador protestando pe  
 la competente ventura e despesas  
 180 que fizer com o Testamentario,  
 e sujeitando-se ás disposições das Le  
 is a respeito. E de como assim o dis-  
 se, foi este Termo em que o assignou  
 perante min Joze Pedro de Carva  
 185 lho Moreira Escrivão que o escre  
 Vij

Antonio Joze Pedrozo (assinatura)

*Registrado a folha 14 [?] do Livro nº 31  
 de Registro de testamentos nesta  
 190 Cidade de Porto Alegre aos 23  
 de Dezembro de 1858.*

*Registro, Sello, e Tr[sic]tes  
reis 240*

*O Escrivão Moreira*

- I. Página externa com marcas de dobras, que continha o testamento, com os lacres violados após a morte do padre Thomé Luiz de Souza

[fl.8v]

N 20 640

Pagou seis centos e quarenta

reis Porto Alegre 23 de Dezembro 1858

5 Leite (rubrica) Costa e Sousa (rubrica)

Lacre

lacre

6 Testamento solene do Conego e Vigario

Geral desta Provincia Thome Luiz de

Souza, aprovado, fexado, cosido e lacrado

na forma da lei por min Tabellião abaixo as

10 signado. Porto Alegre 25 de Julho de 1857

O Tabellião Bento José e Faria \* (assinatura)

Lacre

lacre

Lacre

lacre

Lançado a folha 21 do Livro 4 de Testamentos

Meza de Rendas Provedores em Porto Alegre 23 de Dezembro

de 1858. o Escrivão

15 Joaquin Lourenço de Sousa Lobo

Lacre

lacre

\*Sublinhado autógrafo

J. Parte do Dossiê de Partilha do Padre Thomé Luiz de Souza. Folha 20 do processo. Folha 36 da transcrição. Avaliação dos Bens.

Fonte: APERS, Porto Alegre. Fundo documental: Autos de Testamento; provedoria de Porto Alegre, N 1488, M65, E 6, Cx 234, p/est. 2/137 B.

[fl.36]

Nós abaixo assignados avaliadores nome  
ados e juramentados para avaliarmos os o=  
bjetos abaixo declarados pertinentes ao fina=

5 do Conego Thomé Luiz de Souza, e fase=  
mos pela forma seguinte:

	1 Cama de solteiro, Antiga	10p000
	12 Cadeiras de palhinha com uso	60p000
	1 Meza redonda	10p000
10	1 Sofá de palhinha	16p000
	2 Aparadores	10p000
	5 Cadeiras Americanas uzadas	2p500
	1 Comoda antiga	20p000
	1 Oratorio com um Crucificio	
15	com resplendor de prata	16p000
	1 Armario uzado	4p000
	2 Mezas idem	10p000
	1 Estante com alguns livros velhos	25p000
	1 Lavatorio	1p500
20	1 Relogio de parede	32p00
	1 Par de Moringas de vidro	8p000
	1 Par de Castiçaes de Casquinha	1p000
	1 Dito de dito metal amarelo com tezoura	1p500
	1 Castiçal de Casquinha	p500
25	1 cuia e bomba de Casquinha	1p200
	½ Duzia de Facas e garfos ordinários	1p000
	1 Copo de Cristtal	p200
	1 Agulha de marear	2p000

	1 Bacia de louça para barba	p500
30	1 Dito e Jarro de Christal	2p000
	Continua	236p900
	[fl.37 v]	
	Transporte	236p900
	Bens de Rais	
	Metade da Caza onde residia o	
35	finado, por pertencer outra meta	
	de a outros herdeiros, sita na Rua	
	da Igreja, com duas janelas e	
	Corredor, sendo o lance que lhe	
	Pertence do lado do Nordeste on	
40	de a pouco tempo ahi fez Cozinhas	3:000p000
	A terça parte de 1 terreno de 70	
	palmas por pertencer a outros her-	
	deiros, sito na Rua da Igreja	
	imediato a Caza onde residia o	
45	dito finado, sendo a terça	
	parte 231/3 palmas a 30H000 <u>r</u> éis	700p000
	Escravo	
	1 Escrava parda de nome Al=	
	vara que em verba de testamen=	
50	to deixa liberta.....	1:200p000
		<u>R</u> éis 5:136p900

Porto Alegre 4 de Abril de 1859.

Jose Antonio Coelho Junior (assinaturas)

55 Lôpo Gonsalves Bastos

Nº 60

160

Pagou cento e sessenta réis

Porto Alegre 6 de Abril 1859

Leite (rubrica) Silva (rubrica)

[fl. 38]

21

Nós abaixo assinados avaliadores nomeados e  
 Juramentados avaliamos as pratas pertencentes  
 ao finado Conego Thomé Luiz de Souza pela forma  
 seguinte.

5	1 Par de Castiças de prata com 92 oitavas a	240.22H080
	1 Cuia com pé e bomba de dita	40 “ “ 9H600
	3 Bomba de dita	29 “ “ 6H960
	1 Faqueiro com meia dúzia de talheres e seis	
10	Colheres de chá com	300 oitavas 240 72H000
	1 Duzia de colheres de Sopa	146 “ “ 42H240
	1 Dita de ditas de chá	57 “ “ 13H680
	1 Colher grande para Sopa	66 “ “ 15H840
	1 Salva de prata	61 “ “ 14H640
15	1 Comenda da Ordem de Christo	por 24H000
	1 Par d'ocolos aros de prata	7 “ 240 1H680
	1 Relogio d'ouro	por 64H000

---

 286H720

Porto Alegre 4 de Abril de 1859

20

Tito Livio da CostaAntonio Joaquim de Oliveira Lima (assinaturas)

## ANEXO A – Nota de falecimento do Padre Thomé.

### O Conciliador.

A cidade de Porto Alegre acaba de ter uma lamentavel perda, uma perda d'essas que são irreparaveis para um povo e que deixam no seu coração compungido saudades vivas e eternas.

O povo porto-alegrense leslemunha das muitas virtudes, de uma vida toda de abnegação e de actos de piedade, do conego Thomé Luiz de Souza, acaba

de assistir ao seu passamento, sublime como foi a sua vida, pacifico e calmo na contemplação de Deus como foram as longas horas de sua vida; e no derramar de suas lagrimas presta um tributo ao homem santo que venerava desde muito.

Quer no sacerdocio como no professorato o digno e virtuoso padre, o verdadeiro ministro de Jesus Christo, grande sempre na sua humildade, não praticou um acto reprehensivel, um só acto que fosse envenenado pela malicia do incredulo ou mal interpretado pelo indifferente: é que a luz de suas virtudes tinha ofuscado os falsos e fugazes raios do erro, e feito resplandecer sobre a fronte veneranda do padre Thomé, o brilho da caridade christan, derramando seu suave balsamo no corpo do santo e preservando-o das setias da malicia.

O padre Thomé é um santo para todo o povo de Porto Alegre: como tal o olha desde muito, como tal venera os seus restos.

Vai ser modesto o seu enterramento como foi sempre a sua santa vida.

Temos de lamentar, no entanto, que a assembléa provincial se não tenha podido reunir estes dous dias para fazer alguma coisa por conta da provincia em veneração a tão digno quanto piedoso compatriota; todavia foi espontanea hoje a reunião de seus dignos membros e sua encommendação, e consta-nos que estão resoltidos a mandar-lhe elevar um mausoleo que recorde suas virtudes e o quanto merecia de toda a população d'esta cidade.

A sua memoria será sempre uma consolação para as almas bem formadas, para os filhos de Porto Alegre que ao menos tem a consciencia de que em sua terra nasceu e viveu um homem com fama e cheiro de santidade.

Fôra justo que seu cadaver fosse embalsamado e guardado na melhor conservação possível, e que a sua canonisação não esquecesse um nome tão respeitado e que tantos exemplos deu de caridade christan e de humildade.

**ANEXO B – Fotografia do padre Thomé Luiz de Souza**

Fonte: Memorial do Legislativo do RS.